

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA (UESB)
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS (DCSA)
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

GRAZIELA MOTA DOS SANTOS

**A DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ECONÔMICO ENQUANTO
INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO DA EFICÁCIA DAS INSTITUIÇÕES DO
TERCEIRO SETOR: UM ESTUDO DE CASO APLICADO AO INSTITUTO SOCIAL
BELA VISTA**

**VITÓRIA DA CONQUISTA – BA,
2016**

GRAZIELA MOTA DOS SANTOS

**A DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ECONÔMICO ENQUANTO
INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO DA EFICÁCIA DAS INSTITUIÇÕES DO
TERCEIRO SETOR: UM ESTUDO DE CASO APLICADO AO INSTITUTO SOCIAL
BELA VISTA**

Monografia apresentada ao Departamento de Ciências Sociais Aplicadas (DCSA) como requisito parcial para obtenção do Grau de Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB).

Área de Concentração: Contabilidade do Terceiro Setor

Orientador: Prof. Me. Abmael da Cruz Farias

VITÓRIA DA CONQUISTA – BA,

2016

S233d Santos, Graziela Mota dos.

A demonstração do resultado econômico enquanto instrumento de avaliação da eficácia das instituições do Terceiro Setor: um estudo de caso aplicado ao Instituto Social Bela Vista. / Graziela Mota dos Santos, 2016. 95f.

Orientador (a): Me. Abmael da Cruz Farias.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação),
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da
Conquista, 2016.

Inclui referência 71 - 74.

1. Terceiro Setor. 2. Resultado econômico – Terceiro Setor. 3. Avaliação da Eficácia. I. Farias, Abmael da Cruz. II. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. III. T.

CDD: 658.048

Catálogo na fonte: Juliana Teixeira de Assunção
UESB – Campus de Vitória da Conquista - BA

GRAZIELA MOTA DOS SANTOS

**A DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ECONÔMICO ENQUANTO
INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO DA EFICÁCIA DAS INSTITUIÇÕES DO
TERCEIRO SETOR: UM ESTUDO DE CASO APLICADO AO INSTITUTO SOCIAL
BELA VISTA**

Monografia apresentada ao Departamento de Ciências Sociais Aplicadas (DCSA) como requisito parcial para obtenção do Grau de Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB).

Área de Concentração: Contabilidade do Terceiro Setor.

Vitória da Conquista, ____ de _____ de 2016.

BANCA EXAMINADORA

Abmael da Cruz Farias
Mestre em Ciências Sociais pela PUC-SP
Professor Assistente da UESB
Orientador

Alexssandro Campanha Rocha
Doutor em Educação pela UFBA
Professor Adjunto da UESB

Paulo Fernando de Oliveira Pires
Mestre em Contabilidade pela FVC
Professor Adjunto da UESB

Dedico este trabalho a minha avó Ana Rodrigues dos Santos (*em memória*) que para mim foi um exemplo de superação e luta feminina. Aos meus pais, Adimar Santos Mota e Elias Gonçalves dos Santos, a quem devo toda a minha formação como ser humano e pelos valores que carrego na minha essência.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pelo dom da vida e por me manter forte mediante as dificuldades encontradas ao longo dessa caminhada, nos momentos que minhas forças físicas já não eram suficientes.

Ao meu orientador, Prof. Me. Abmael da Cruz Farias, pela orientação valorosa, pela paciência, pelo elegante companheirismo e pelas contribuições engrandecedoras.

A todos os professores do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), que contribuíram de modo efetivo para minha formação profissional a partir dos conhecimentos compartilhados em classe.

A toda equipe do Instituto Social Bela Vista, especialmente a Conceição Barros, que esteve de coração aberto para ideia assumindo um papel essencial para a realização dessa pesquisa.

A Fabrício Ramos Neves, futuro companheiro de profissão e grande colaborador das causas voltadas a Contabilidade do Terceiro Setor, pela tradução do meu Abstract.

A Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista pela acolhida e colaboração no fornecimento de dados fundamentais para a realização desse estudo.

À família e aos amigos, que me acompanharam e torceram por mim, especialmente ao meu esposo amado, Carlos André Cunha de Almeida, pelo amor, paciência e compreensão durante a realização do meu curso.

As minhas companheiras de curso Luísa Maria e Ana Renata a quem devo todo meu respeito, carinho e admiração e com toda paciência e demonstrações de amizade me “suportaram” e tantas outras vezes cobriram as minhas faltas quando não podia estar presente em função das minhas atividades profissionais. A vocês todo o meu carinho.

As minhas irmãs de coração, a quem o destino me confiou uma especial amizade Samira Aguiar, Carla Ferreira, Rosângela Dias, Taciana Araújo e Luíse Paula pela inspiração, companheirismo e motivação.

À César Maynard e Antônio Guilherme, exemplos de liderança, a quem sou grata pela confiança e pelas oportunidades proporcionadas durante a minha trajetória profissional.

Mesmo quando tudo parece desabar, cabe a mim decidir entre rir ou chorar, ir ou ficar desistir ou lutar; porque descobri, no caminho incerto da vida, que o mais importante é o decidir (CORA CORALINA).

RESUMO

Evidenciar a eficácia de instituições do Terceiro Setor, não é uma tarefa fácil. Frente a essa dificuldade, a Demonstração do Resultado Econômico contribui para que esse indicador seja demonstrado e utilizado para aferir os resultados gerados por essas instituições. Assim, o principal eixo de desenvolvimento dessa pesquisa está em analisar essa demonstração durante o ano de 2014 enquanto instrumento de avaliação da eficácia da atuação do Instituto Social Bela Vista, entidade sem fins lucrativos que presta serviços atuando como creche e pré-escola atendendo a crianças de dois a cinco anos, como também executa projetos de inclusão social no município de Vitória da Conquista. O desenvolvimento da pesquisa se deu através de um trabalho de campo junto ao Instituto e a Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista com aplicação de entrevistas e realização de pesquisa documental. Com base na análise dos dados disponibilizados pode-se perceber que as demonstrações contábeis formais não possibilitam a avaliação pela entidade de sua eficácia no alcance dos seus objetivos e que se tivesse feito uso da Demonstração do Resultado Econômico tal avaliação seria possível. Espera-se que esse estudo seja ampliado para outras organizações do Terceiro Setor, contribuindo para sua divulgação e ampliação para que no futuro possa ser adotado como instrumento de avaliação e evidencição do desempenho dessas entidades, além de constituir um norteador capaz de auxiliar os financiadores e demais interessados em investir.

Palavras-chave: Terceiro Setor. Avaliação da Eficácia. Resultado Econômico no Terceiro Setor.

ABSTRACT

Show the effectiveness of third sector institutions, it is not an easy task. Faced with this trouble, the Economic Income Statement contributes in the way this indicator is shown and used to assess the results generated from these institutions. Thus, the main axis of this research is to examine this statement during the year of 2014 as an evaluating tool of the effectiveness from Instituto Social Bela Vista's work, a nonprofit organization that provides services such as day care and preschool to children at ages from two to five years, but also performs social inclusion's projects in the municipality of Vitoria da Conquista. The research's development occurred through a fieldwork in the Institute and in the prefecture of Vitoria da Conquista by applying interviews and conducting documentary research. Based on the available data provided, it was possible to check that the formal financial statements do not provided the assessment of the entity's effectiveness but if had used the Economic Income Statement such an assessment would be possible. It is expected that this study might be expanded to other third sector organizations, contributing to the disclosure and expansion, so in the future, it may be adopted as a performance evaluation tool of these entities, and also being a guide able to assist lenders and those interested in investing.

Keywords: Third Sector. Evaluating of the effectiveness. Economic result in the Third Sector.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Fachada do prédio da Creche Bela Vista	48
Figura 2 – Apresentação de Balé no Instituto Social Bela Vista pelas alunas da Pré-escola..	53
Figura 3 – Aula de música (percussão)	54
Figura 4 – Alunas do projeto “Abrindo o Tabuleiro”	55

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Estado da Arte da Temática	26
----------------------------------------------------	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Demonstração do resultado econômico – modelo proposto por Slomski.....	40
Tabela 2 – Demonstração do resultado econômico – modelo proposto por Olak	41
Tabela 3 – Mensuração das horas trabalhas em caráter voluntário durante a Semana Social.	56
Tabela 4 – Demonstração do Superávit ou do Déficit.....	57
Tabela 5 – Cálculo da receita econômica do ano de 2014 do Instituto Social Bela Vista.....	59
Tabela 6 – Mensuração do serviço voluntário prestado ao ISBV em 2014	60
Tabela 7 – Demonstração do Resultado Econômico do Instituto Social Bela Vista	61
Tabela 8 – Conciliação da diferença entre o resultado contábil (déficit) e o resultado econômico do Instituto Social Bela Vista	62

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CC	Código Civil
CEBAS	Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social
CEMPRE	Cadastro Central de Empresas
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
DFC	Demonstração dos Fluxos de Caixa
DMPL	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FAINOR	Faculdade Independente do Nordeste
FASFIL	Fundações Privadas e Associações Sem Fins Lucrativos
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ISBV	Instituto Social Bela Vista
ITG	Instrução Técnica Geral
MPTS	Manual de Procedimentos para o Terceiro Setor
NBC	Norma Brasileira de Contabilidade
OS	Organizações Sociais
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PIB	Produto Interno Bruto
PMVC	Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista
UESB	Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
UPF	Utilidade Pública Federal

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
1.1 TEMA	16
1.2 OBJETIVOS.....	16
1.2.1 Objetivo Geral	17
1.2.2 Objetivos Específicos.....	17
1.3 PROBLEMATIZAÇÃO.....	17
1.3.1 Questão - Problema	17
1.4 HIPÓTESE DA PESQUISA	17
1.5 JUSTIFICATIVA	18
1.6 RESUMO METODOLÓGICO.....	19
1.7 VISÃO GERAL	20
2 REFERENCIAL TEORICO	21
2.1 MARCO CONCEITUAL.....	21
2.2 ESTADO DA ARTE	24
2.3 MARCO TEÓRICO.....	28
2.3.1 Terceiro Setor	28
2.3.2 Características e Tipos.....	29
2.3.3 A importância social do Terceiro Setor.....	30
2.3.4 Importância Econômica do Terceiro Setor.....	31
2.3.5 Importância Evidenciação da Informação Contábil no Terceiro Setor.....	33
2.3.6 As Demonstrações Contábeis das Entidades do Terceiro Setor no Brasil.....	33
2.3.6.1 Balanço Patrimonial.....	34
2.3.6.2 Demonstração do Resultado do Período (ITG 2002-R1).....	34
2.3.6.3 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.....	35
2.3.6.4 Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	35
2.3.6.5 Notas Explicativas.....	36
2.3.7 A Prestação de Contas (accountability) à sociedade pelas entidades do Terceiro Setor.....	36
2.3.8 Custo de Oportunidade.....	37
2.3.9 O Resultado Econômico.....	38
2.3.10 A importância da mensuração do resultado econômico.....	41

3 METODOLOGIA	43
3.1 TIPO DE ESTUDO	43
3.2 OBJETIVOS DA PESQUISA.....	43
3.3 PROCEDIMENTO DA PESQUISA	43
3.4 CAMPO DE ESTUDO.....	44
3.5 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA.....	45
3.6 TÉCNICA DE COLETA DE DADOS	45
3.7 ANÁLISE DO CONTEÚDO	46
3.8 APLICAÇÃO DO INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS	47
4 RESULTADO ECONÔMICO NO INSTITUTO BELA VISTA	48
4.1 A ENTIDADE PESQUISADA	48
4.2 DADOS UTILIZADOS PARA A MENSURAÇÃO DO RESULTADO ECONÔMICO	52
4.2.1 Creche para crianças de 2 a 3 anos	52
4.2.2 Pré-escola para crianças de 4 a 5 anos	53
4.3 MENSURANDO O RESULTADO ECONÔMICO DO INSTITUTO SOCIAL BELA VISTA	57
4.4 O CÁLCULO DA RECEITA ECONÔMICA.....	58
4.5 O CÁLCULO DO SERVIÇO VOLUNTÁRIO	60
4.6 A DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ECONÔMICO DO INSTITUTO SOCIAL BELA VISTA. 61	
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	64
REFERÊNCIAS	67
APÊNDICES.....	71
APÊNDICE A – ROTEIRO PARA REALIZAÇÃO DA ENTREVISTA COM A PRESIDENTE DO ISBV	71
ANEXOS.....	73
ANEXO A – DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS POR CLASSE E PROJETO – PRÉ-ESCOLA.....	73
ANEXO B – DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS POR CLASSE E PROJETO – CRECHE.....	75
ANEXO C – RELAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS DO ISBV CEDIDOS PELA PMVC.....	76
ANEXO D – DIAS LETIVOS – CRECHE E EDUCAÇÃO INFANTIL	78
ANEXO E – ALIMENTOS DOADOS PARA O ISBV ATRAVÉS DO PAA	79
ANEXO F – E-MAIL DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SOBRE UNIFORMES.....	84
ANEXO G – VOLUME DE CONTAS DE ÁGUA E LUZ PAGAS PELA PMVC.....	85

ANEXO H – GASTOS COM MERENDA ESCOLAR	86
ANEXO I – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	87

1 INTRODUÇÃO

É evidente a importância de instituições do Terceiro Setor, em tempos atuais, desempenhando um relevante papel no desenvolvimento social do país. Prova disso, é a pesquisa apresentada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em conjunto com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IBGE; IPEA, 2010) que identifica a existência de 290,7 mil fundações privadas e Associações sem fins lucrativos, oficialmente constituídas no Brasil representando um crescimento de 8,8% no setor que em 2006 era formado por 267,3 mil organizações.

Nesse contexto, o fornecimento de bens e serviços destinados a coletividade com o intuito de promover o bem comum constitui o seu pilar principal. A origem dos recursos necessários ao seu funcionamento, na maioria dos casos, provém das doações de pessoas jurídicas ou físicas, como também através de subvenções obtidas de parcerias firmadas com entes públicos. Sendo assim, a prestação de contas (*accountability*)¹, é um elemento fundamental para reforçar as relações de confiança entre a instituição e os seus mantenedores. Essa mesma prestação, possibilita, inclusive, avaliar a eficácia da instituição em aplicar tais recursos.

Não é comum as instituições sem fins lucrativos informarem os resultados de suas ações ao seu público beneficiário. Comunga dessa ideia Milani Filho (2009 apud RAMOS; KLANN, 2015) quando afirma que “no Brasil existe um baixo índice de divulgação das informações financeiras das organizações do Terceiro Setor”.

Porém não basta divulgar. É necessário que se atente para a qualidade da informação que está sendo oferecida, bem como, se nela contém os elementos necessários para que sejam úteis ao processo avaliativo e decisório.

Sabe-se que as informações contábeis nem sempre são objetivas e fáceis de prospectar. Muitas vezes não preenchem a qualidade requerida pelos usuários (quem as produzem ou quem as utilizam). A discussão nessa pesquisa perpassa pela análise da aplicação de dois métodos distintos aplicados para evidenciar as informações geradas pelo Instituto Social Bela Vista: o primeiro se refere ao método tradicional vigente, elaborado de acordo os normativos contábeis, aplicado pela contabilidade dessa instituição e o segundo, consiste em um modelo alternativo que poderia ser utilizado pelo Instituto, aplicado com base no estudo desenvolvido por Slomski (2001).

¹ O termo *accountability*, segundo definição dada pelo Dicionário de Termos de Contabilidade (1999, p. 9) significa a responsabilidade do gestor profissional de prestar contas.

As informações econômicas e financeiras das entidades podem vir expressas em diversos relatórios. Há aqueles obrigatórios, definidos em lei e normas contábeis, a exemplo das demonstrações contábeis que compõem o conjunto de relatórios utilizados para prestação de contas dessas instituições aos órgãos competentes e demais interessados, como também existem aquelas não previstas em lei, a exemplo da Demonstração do Resultado Econômico.

Essa última, pode se tornar um instrumento gerencial capaz de permitir aos investidores², gestores e usuários dos serviços prestados pelas instituições do Terceiro Setor, avaliarem acerca da eficácia dos recursos aplicados na realização de sua missão institucional. É esperado pelos seus financiadores que as instituições cumpram o papel para o qual se propuseram e além disso prestem contas das suas ações e de seu desempenho na sociedade.

Segundo o dicionário Mini Aurélio (2010, p. 271) o termo eficácia consiste em “qualidade que produz o efeito esperado”. Tomando como base esse conceito o termo eficácia neste estudo assume a condição de transparecer aos interessados o que de fato a entidade ofertou a comunidade beneficiária, evidenciando, através de suas demonstrações contábeis, se os recursos aportados na instituição foram de fato aplicados na execução das metas previamente planejadas.

1.1 TEMA

A demonstração do Resultado Econômico enquanto instrumento de avaliação da eficácia das instituições do Terceiro Setor: Um estudo de Caso aplicado ao Instituto Social Bela Vista, município de Vitória da Conquista, no ano de 2014.

1.2 OBJETIVOS

Os objetivos desta pesquisa consistem em:

² Nesta pesquisa o termo investidor é adotado com a finalidade de diferenciar o indivíduo ou a instituição que investe em entidades do Terceiro Setor daquele ente que investe em empresas do segundo setor, motivado principalmente pelo retorno financeiro. No decorrer do texto as seguintes expressões são utilizadas como sinônimas: investidor, doador ou investidor social de organizações do Terceiro Setor.

1.2.1 Objetivo Geral

Analisar a demonstração de resultado econômico enquanto instrumento de avaliação da eficácia da atuação do Instituto Social Bela Vista, no município de Vitória da Conquista, em 2014.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Identificar quais informações contábeis poderiam evidenciar a eficácia da entidade: a) Identificar seus objetivos; b) os recursos captados para atender tais objetivos; c) A execução e grau de alcance das metas estabelecidas em cada captação de recursos;
- Identificar os principais relatórios contábeis existentes em 2014, no Instituto social Bela Vista e examina-los no sentido de identificar se eles evidenciam as informações previstas no primeiro objetivo específico;
- Aplicar o método apontado por Valmor Slomski para apuração do resultado econômico em comparação com o estudo visto no primeiro objetivo específico.

1.3 PROBLEMATIZAÇÃO

1.3.1 Questão - Problema

Mediante o contexto apresentado surge o seguinte problema:

No caso do Instituto Social Bela Vista, em 2014, a demonstração do Resultado Econômico é capaz de evidenciar a eficácia da aplicação dos recursos aportados por seus doadores?

1.4 HIPÓTESE DA PESQUISA

A contribuição do Terceiro Setor no desenvolvimento econômico e social é realidade em vários países é cada vez mais evidente no Brasil, contribuindo para a expansão do setor e o fortalecimento dessas instituições. Tal situação, requer a adoção de mecanismos que as conduzam para uma gestão profissionalizada demandando o uso de estratégias que auxiliem os gestores na sua rotina que inclui tomada de decisões diárias. Com base nessa necessidade, a

Demonstração do Resultado Econômico deve ser capaz de evidenciar a eficácia de aplicação dos recursos aportados pelos doadores do Instituto Social Bela Vista, além de apoiar gestão da entidade no exercício de suas atribuições.

1.5 JUSTIFICATIVA

São várias razões que motivam o estudo da Demonstração do Resultado Econômico como instrumento de avaliação da eficácia das instituições do Terceiro Setor. Sendo a principal delas a escassez de estudos realizados no Brasil, que contemplem essa temática.

No cerne dessa questão estão as instituições do Terceiro Setor que desempenham um valoroso papel no desenvolvimento das ações de cunho social. Aos mais distintos grupos sociais vê-se a intervenção dessas instituições no intuito de atender as demandas voltadas a defesa de direitos humanos, inclusão social, educação, resgate e promoção cultural, entre outras.

Nos últimos anos observa-se a evolução desse setor com um elevado potencial de crescimento, em face do aumento no número de atendimentos realizados a população. De acordo Assis, Melo e Slomski (2000, p. 1) “[...] isso ocorre, principalmente, devido a ineficiência do Estado em cumprir com suas obrigações. ”

Por essa razão é urgente a necessidade dessas instituições exercerem uma gestão profissionalizada, onde as práticas da *accountability* tornem-se rotineiras, por meio de uma administração transparente e sustentável a longo prazo. Para o alcance de tal pretensão, é fundamental a realização de um minucioso acompanhamento contábil das atividades desenvolvidas na instituição de modo que os relatórios produzidos pela contabilidade reflitam a sua “fotografia” sempre atualizada.

No entanto, quando há envolvimento de recursos públicos financiando as instituições é preciso ir mais além. Faz-se necessário evidenciar os benefícios gerados por elas enquanto agente prestadora de serviços a sociedade e pelo que se observa, através das demonstrações contábeis obrigatórias isso ainda não é possível.

Apoiado nessa lacuna, esse estudo propõe o uso de uma demonstração alternativa, para evidenciar o resultado econômico produzido por uma instituição do Terceiro Setor, a partir do confronto entre o volume de serviços oferecidos por ela, mensurados ao menor preço de mercado em entidades que oferecem os mesmos serviços com qualidade equiparada. A receita auferida é subtraída dos custos diretos e indiretos ligados às práticas da entidade, findando no resultado econômico da instituição. Através dessa demonstração os gestores, investidores e

demais usuários das informações contábeis poderiam avaliar as ações da entidade, bem como decidir se é ou não interessante, pela sua interpretação, manter investimentos na instituição. Outro benefício da demonstração está em situar os usuários dessas informações sobre o custo de oportunidade, ou seja, demonstrar qual seria o valor desembolsado por eles caso fossem pagar pelos mesmos serviços em uma empresa privada.

Estudar o resultado econômico pode trazer aos estudantes do curso de ciências contábeis uma oportunidade de ampliar seus conhecimentos acerca do fazer contábil e aos profissionais da área apresenta uma alternativa metodológica para produção de demonstrações financeiras com perspectivas diversas no trato de informações que viabilize uma avaliação da eficácia das entidades em alcançar seus objetivos, como é o caso em análise. Além de ser uma demonstração de fácil interpretação para aqueles que não são ou estão ligados à área contábil.

A realização desse estudo proporcionou a pesquisadora conhecer o trabalho do Instituto Social Bela Vista (ISBV), uma instituição comprometida com a educação infantil, atendendo a crianças de 2 a 5 anos e realiza um trabalho social que não se restringe apenas a educação. Estende-se a família dessas crianças, contribuindo para a formação profissional dos adolescentes com atividades voltadas a inclusão social, bem como o trabalho realizado com as mães, através de ações que envolvem desde aconselhamento a oficinas de capacitação proporcionando a aprendizagem de novos ofícios com foco no mercado de trabalho.

No mesmo molde que o ISBV, existem várias instituições do Terceiro Setor que necessitam de profissionais comprometidos bem como, instrumentos capazes de auxiliá-los a manter um trabalho eficaz para com o público com quem trabalha. Diante do exposto, espera-se que esse estudo possa contribuir para a contabilidade das instituições do Terceiro Setor na perspectiva de conhecimento e adoção da Demonstração do Resultado Econômico como instrumento de avaliação da eficácia para essas entidades.

1.6 RESUMO METODOLÓGICO

Trata-se de uma abordagem qualitativa uma vez que busca compreender a capacidade das demonstrações contábeis em evidenciar ou não a eficácia da instituição estudada. Além disso, a base da pesquisa não é o aspecto quantitativo, revelados pelos números, mas o que eles significam. Quanto a seus objetivos, a pesquisa é exploratória, desenvolvida por meio de um estudo de caso aplicado, através do qual se busca descobrir se os relatórios em foco são capazes de demonstrar a eficácia na aplicação dos recursos captados pelo Instituto Social Bela Vista.

Os dados coletados foram obtidos pessoalmente pela pesquisadora, no Instituto, através de uma entrevista não estruturada realizada com a sua Presidente e análise dos documentos cedidos por ela a exemplo das demonstrações contábeis relacionadas ao ano de 2014, Projeto Político Pedagógico, Plano de Ação e Estatuto. Além disso, o estudo pautou-se em consultas a livros, revistas, *sites* (sítios) oficiais e dissertações. Sob o aspecto espacial e temporal a pesquisa está localizada em Vitória da Conquista no ano em foco.

1.7 VISÃO GERAL

Para compreensão dos leitores o trabalho foi dividido em cinco capítulos:

O primeiro capítulo contextualiza a monografia apresentada. No segundo capítulo o estudo apresenta uma revisão da literatura envolvendo os conceitos ligados ao Terceiro Setor, destacando sua composição com base na legislação vigente, seu contexto histórico, sua importância social e econômica. Faz alusão a importância da informação contábil para essas instituições conceituando as demonstrações obrigatórias para tal a exemplo do: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Período, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa e as Notas Explicativas. Faz uma discussão sobre a importância da *accountability* por parte dessas entidades e por fim explica o custo de oportunidade e o resultado econômico com base no modelo desenvolvido por Valmor Slomski. O terceiro capítulo explica os procedimentos metodológicos adotados para a consecução do estudo. Já o quarto capítulo apresenta e analisa os dados coletados. O quinto capítulo apresenta a resposta da questão problema, com a conclusão do estudo e para finalizar seguem as referências apêndices e anexos do trabalho.

2 REFERENCIAL TEORICO

2.1 MARCO CONCEITUAL

De um modo geral, Terceiro Setor abrange o conjunto de entidades, com personalidade jurídica, sem fins lucrativos, com administração independente, o que a caracteriza como entidades privadas, com o objetivo de contribuir com a solução dos problemas sociais voltados ao bem comum.

Segundo Paes (2004, p. 98 apud MACHADO, 2014, p. 20) não existe um conceito definido para entidades do Terceiro Setor, para ele:

Antes de procurar conceituar, faz-se mister esclarecer que, junto com o Estado (Primeiro Setor) e com o Mercado (Segundo Setor), identifica-se a existência de um Terceiro Setor, mobilizador de um grande volume de recursos humanos e materiais para impulsionar iniciativas voltadas para o desenvolvimento social, setor no qual se inserem as sociedades civis, sem fins lucrativos, as associações civis e as fundações de direito privado, todas entidades de interesse social.

Cruz (2010, p. 19) corrobora com a concepção de Drucker (2002b, p. 167-168) quando afirma que “As organizações do Terceiro Setor constituem uma contracultura, pois possuem valores e culturas distintos tanto do Estado quanto do mercado”. A premissa básica das instituições do Terceiro Setor está em provocar mudanças nas pessoas e na sociedade, mesmo que cada uma delas tenha sua própria missão.

Machado (2014, p. 22) complementa a composição do Terceiro Setor afirmando que “pode-se concluir que o Terceiro Setor é formado por entidades privadas, cujo objetivo é fornecer à sociedade o que lhe é de direito, garantido na Constituição Federal. Direitos que seriam dever do Estado, mas que este não consegue cumprir.”

Esse setor é constituído por Associações e Fundações, formas jurídicas de que poderão revestir-se para consecução de fins não econômicos ou não lucrativos de interesse social conforme cita o Manual de Procedimentos para o Terceiro Setor (MPTS), publicado pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC, 2015, p. 20). Constituem-se as associações pela união de pessoas que se organizem para tais fins, disposto no Código Civil em seu art. 53. O objetivo dessa organização, dá-se pela junção de serviços, atividades, conhecimentos, ideias e esforços na busca de um ideal em comum. Por outro lado, o conceito de fundação pode ser definido “[...]como um patrimônio destinado a servir, sem intuito de lucro, a uma causa de interesse público determinada, que adquire personificação jurídica por iniciativa de seu

instituidor”, conforme cita Szazi (2003, p. 37 apud SLOMSKI, 2010, p. 7). O CC em seu Art. 62, com as inclusões permitidas através da lei n. 13.151 de 28/07/2015, diz que uma fundação só pode constituir-se para fins de: assistência social; cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico; educação; saúde; segurança alimentar e nutricional; defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável; pesquisa científica, desenvolvimento de tecnologias alternativas, modernização de sistemas de gestão, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos; promoção da ética, da cidadania, da democracia e dos direitos humanos e atividades religiosas.

Uma das principais características de uma instituição do Terceiro Setor é não possuir fins de lucro. Porém, apesar de apresentarem essa finalidade, não significa que não possuam resultado financeiro positivo (superávit) visando almejar a ampliação dos serviços oferecidos a comunidade. O superávit obtido, oriundo de uma gestão bem-sucedida reflete que ao final de um exercício a instituição cumpriu com as metas planejadas, arcando com todos os custos e despesas para tal e ainda alavancou o patrimônio social da entidade.

A gestão dessas entidades, não sofre intervenção de nenhum poder, seja ele vindouro da União, Estado ou Município. Seus gestores têm autonomia para administrar os recursos (sem restrição) que são confiados a instituição através das doações.

No que se refere aos recursos obtidos por meio de subvenções, o poder público tem aumentado as exigências para as instituições do Terceiro Setor. Esses recursos que na maioria das vezes são revestidos de restrições ao uso, ou seja, a instituição só pode utilizá-lo na execução do objeto previsto.

Há também uma preocupação por parte dos investidores, voltada para o resultado gerado pelas instituições com base nos recursos investidos, visto a expectativa de que sejam provocados impactos positivos na vida dos usuários e comunidade em geral, concordam com essa mesma ideia os autores Olak e Nascimento (2009, p. 18) quando afirmam que:

As entidades sem fins lucrativos têm um papel claro a desempenhar na comunidade a que servem: provocar mudanças sociais. Para que isto ocorra, desenvolvem uma série de atividades, valendo-se de recursos obtidos do sistema econômico e social, que, por sua vez, acolherá *a posteriori* o “produto” final deste processo: pessoas transformadas [...].

Frente a essa situação, as instituições precisam munir-se de instrumentos capazes de prospectar, aos interessados, os resultados por ela auferidos, bem como publicizar a prestação de contas dos recursos aplicados. Drucker (1994, p. 42 apud OLAK; NASCIMENTO, 2009, p.

20) evidencia essa necessidade quando afirma que “[...] O dinheiro da instituição sem fins lucrativos não é dela; ela o **administra** para os doadores. Assim, os verdadeiros “proprietários” se consubstanciam na própria sociedade” (grifo nosso).

Em prol de um controle eficiente dos recursos públicos e/ou privados captados pelas instituições faz-se necessário um estrito acompanhamento contábil a fim de retornar aos investidores e a comunidade em geral informações que traduzam a sua real aplicabilidade. Segundo Iudícibus (2015, p. 14):

O objetivo principal da Contabilidade (e dos relatórios por ela emanados) é fornecer informação econômica, física, de produtividade, social e ambiental relevante para que cada usuário possa tomar suas decisões e realizar seus julgamentos com segurança.

Essas informações devem conter um nível de clareza capaz de permitir aos seus usuários realizar avaliações sobre a entidade, como esclarece Slomski (2010, p. 12):

- prever o nível de recursos necessários para a continuidade de suas operações;
- identificar os riscos e incertezas associados às operações;
- analisar se os recursos foram obtidos e utilizados de acordo com o orçamento legalmente adotado; e
- averiguar se os recursos foram obtidos e utilizados de acordo com exigências legais e contratuais, incluindo os limites financeiros estabelecidos por autoridades legislativas apropriadas.

O último quesito relatado por Slomski tem relação direta com o conceito de *accountability* definido por Nakagawa (1987, p. 17 apud OLAK; NASCIMENTO, 2009, p. 22) “como sendo a obrigação de prestar contas dos resultados obtidos, em função das responsabilidades que decorrem de uma delegação de poderes”, ou seja, constitui o exercício do dever de prestar contas em função do que foi recebido pela instituição.

Com intuito de viabilizar o exercício da *accountability* além dos relatórios contábeis previstos em normas as instituições podem fazer uso, como método alternativo, do modelo de mensuração do resultado econômico elaborado por Valmor Slomski (2001) cujo conceito, atribuído por ele consiste na “diferença entre a receita econômica e a soma dos custos diretos/variáveis e indiretos identificáveis à entidade que a produziu” (SLOMSKI, 2010, p. 99). Ainda segundo Slomski (2010, p. 99), entende-se por receita econômica “a receita não explícita na prestação de serviços públicos. Sua mensuração se dá pela multiplicação do custo de oportunidade, que o cidadão desprezou ao utilizar o serviço público, pelos serviços que ele tenha efetivamente executado”. Seu reconhecimento é obtido a partir do momento em que os

serviços tenham sido executados e entregues aos cidadãos usuários. Mesmo sendo as instituições do Terceiro Setor de caráter privado, a mensuração do resultado econômico se dá de forma igualitária ao aplicado em entidades do primeiro setor (poder público) visto que os recursos recebidos para o desenvolvimento de suas atividades provem de doações de origem pública e/ou privada e os serviços oferecidos aos cidadãos são gratuitos, ou seja, não há por parte dos beneficiários desembolso financeiro para ter acesso aos serviços.

2.2 ESTADO DA ARTE

Neste tópico serão apresentados os trabalhos que foram mais significativos para a elaboração desse estudo, extraídos de fontes eletrônicas e possuem relação direta com o tema. Constituem-se na sua maioria por artigos e uma tese de doutoramento que tratam sobre o Terceiro Setor e a mensuração do resultado econômico nas instituições que o compõem.

Ao realizar um verdadeiro mergulho na instituição intitulada “O Grupo Primavera”, os autores: Cassia Vanessa Olak, Manuela Santin de Souza e Valmor Slomski; por intermédio de um estudo de caso aplicado a uma instituição do Terceiro Setor, demonstram que os benefícios gerados por ela vão muito além do que está expresso na demonstração contábil. Evidenciam os serviços oferecidos pela instituição e o mensuram a partir do conceito do custo de oportunidade aplicando o modelo de Demonstração do Resultado Econômico buscando dessa forma tornar mais visível o desempenho dessas entidades facilitando inclusive a prestação de contas.

Outro trabalho que chama a atenção é o artigo escrito por Jaime Crozatti, Danilo André Fuster, Rafaela Silva Marion e Talita Andreoli Panico que faz uma relação do resultado econômico com o custo por atividade a partir da aplicação do método Custo Baseado em Atividade (ABC), aplicado a uma creche conveniada com a Prefeitura Municipal de São Paulo. O artigo detalha os custos das atividades desenvolvidas na creche, apurando, ao final, o custo da manutenção de cada turma e por fim o custo por aluno matriculado.

O artigo escrito por Marco Antônio Figueiredo Millani Filho, aborda o resultado econômico em instituições do Terceiro Setor, focado na avaliação de desempenho afim de fornecer aos doadores de recursos subsídios para decidir se a instituição merece sua confiança. Constitui também um elemento importante para os seus *stakeholders*³ visto que outro objetivo das instituições está na captação de recursos de novos investidores.

³ De acordo definição dada pelo Dicionário de Termos de Contabilidade (1999) o termo *stakeholders* significa “Neologismo americano derivado de *Stockholders* (acionistas) para representar participantes que estejam

Cada pesquisa comporta informações importantes acerca do resultado econômico aplicado a entidades do Terceiro Setor, evidenciando a sua importância. Também alerta para ausência de trabalhos voltados para essa temática e as limitações da contabilidade ao tratar dessas instituições. Atribuem a elas o mesmo modelo contábil desenvolvido para as pequenas e médias empresas, restringindo-se a mudança de nomenclatura para algumas contas.

envolvidos afetivamente com uma organização, entre os quais inclui-se os clientes, os trabalhadores, os acionistas, os fornecedores, os clientes e a sociedade”.

Quadro 1 – Estado da Arte da Temática

(continua)

TIPO	TÍTULO	AUTOR(ES)	ANO	INSTITUIÇÃO	IDEIA PRINCIPAL	LINK/LUGAR	DATA DE ACESSO
Artigo	Resultado Econômico em Organizações do Terceiro Setor: Um Estudo Exploratório Sobre a Avaliação de Desempenho	Marco Antônio Figueiredo Millani Filho	2006	Universidade de São Paulo	O objetivo desse estudo foi o de propor a discussão conceitual sobre os critérios avaliativos de eficiência em Organizações do Terceiro Setor, além de aplicar o conceito de custo de oportunidade aplicado às decisões de doadores de recursos.	www.congressosusp.fipecafi.org/web/artigos62006/527.pdf	07/01/2016
Artigo	Mensuração e Reconhecimento do Resultado Econômico nas Entidades sem Fins Lucrativos (Terceiro Setor)	Paulo Arnaldo Olak e Diogo Toledo do Nascimento	2000	ANPAD - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração	O trabalho procura evidenciar como é possível mensurar e reconhecer as receitas nas entidades do Terceiro Setor e com as mesmas confrontar os respectivos custos e despesas, valendo-se de conceitos econômicos.	http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/EnANPAD/enanpad_2000/CCG/2000_CCG952.pdf	12/01/2016
Artigo	Mensuração do Resultado Econômico e do Custo por Atividade no Terceiro Setor: Um Estudo de Caso em Creche de Atendimento a Filhos de Catadores de Materiais Recicláveis em São Paulo	Jaime Crozatti, Danilo André Fuster, Rafaela Silva Marion e Talita Andrioli Panico	2012	Revista Capital Científico – Eletrônica (RCCe) – ISSN 2177-4153 – Volume 10 n. 2	O trabalho apresenta um modelo de mensuração e de informação do custo das atividades e do resultado econômico para a gestão de uma instituição de ensino infantil do Terceiro Setor.	http://revistas.unicentro.br/index.php/capitalcientifico/article/view/1625/0	12/01/2016
Artigo	A mensuração do Resultado Econômico em Entidades do Terceiro Setor: O caso do Grupo Primavera	Cassia Vanessa Olak, Manuela Santin de Souza e Valmor Slomski	2005	ANPAD - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração	O trabalho mensura e demonstra o resultado econômico gerado pelo Grupo Primavera, uma entidade sem fins lucrativos que trabalha no âmbito da educação complementar de meninas carentes dos bairros da região dos Amarais, na cidade de Campinas, São Paulo.	http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/EnANPAD/enanpad_2005/FIC/2005_FICA897.pdf	12/01/2016

(conclusão)

TIPO	TÍTULO	AUTOR(ES)	ANO	INSTITUIÇÃO	IDEIA PRINCIPAL	LINK/ LUGAR	DATA DE ACESSO
Artigo	Análise do Resultado Econômico em Escolas Municipais no Semiárido Baiano	Márcia Mamédio Guimarães Franciele Alves Rodrigues Carla Adryelle Prado Azevedo Silva Fabrício Ramos Neves	2016	Revista de Auditoria Governança e Contabilidade (RAGC) v.4, n. 12, p. 31-43/2016	O trabalho fundamentou a importância de se desenvolver a Demonstração do Resultado Econômico em entidades públicas como forma de avaliar a gestão dos recursos públicos.	http://www.fucamp.edu.br/editora/index.php/ragc/article/view/701/509	19/01/2016

Fonte: Compilação da internet (2016) – organização própria.

Os trabalhos apresentados no Quadro 1 foram relevantes na elaboração desse estudo, pois tratam de assuntos relacionados ao tema abordado contribuindo para compreender a mensuração do resultado econômico enquanto instrumento de avaliação do desempenho das instituições ressaltando o quão é importante evidenciar os resultados por gerados por elas tomando como base os conceitos econômicos.

Os diferentes trabalhos trouxeram a aplicação dessa metodologia em situações diversas, o que acrescentou ao estudo uma visão ampliada acerca dessa temática que se correlaciona diretamente com essa monografia acrescentando ao estudo uma gama de informações relevantes necessárias à sua elaboração.

2.3 MARCO TEÓRICO

2.3.1 Terceiro Setor

A expressão “Terceiro Setor” está intimamente ligada ao ato do ser humano ser caridoso e solidário com o próximo. Porém, sua existência não compõe a história atual conforme afirma Albuquerque (2006, p. 21): “Na Europa, na América do Norte e mesmo na América Latina, os movimentos associativos tiveram origem nos séculos XVI e XVII, inicialmente com caráter religioso e político”. Com a instauração da Segunda Guerra Mundial, e após o seu término o caos instalou-se no mundo ocasionando uma série de problemas sociais. Com intuito de amenizar a situação era necessária a intervenção de agentes sociais e com isso “incrementou-se uma crescente intervenção da sociedade civil, que tentava ocupar espaços, propor mudanças e resolver os problemas que afetam a comunidade, todavia, de forma organizada”. De acordo Manual de Procedimentos Contábeis para Fundações e Entidades de Interesse Social, CFC (2004, p. 24).

No entanto, esses grupos se classificam quanto a natureza de suas atividades em um modelo trissetorial composto pelo Primeiro Setor, representado pela Administração Pública, Segundo Setor, representado pelas empresas com finalidade lucrativa e por fim, o Terceiro Setor, representando as organizações não objetivam o lucro.

Rodrigues et al. (2015, p. 15) descreve os três setores da seguinte forma:

Primeiro Setor: é o setor público (Estado), onde os mandatários são escolhidos pela vontade popular, por meio do voto. Representa o uso de bens públicos para fins públicos. Portanto, a aplicação desses recursos deve ser direcionada integralmente na infraestrutura, no bem-estar da sociedade e outras funções de responsabilidade do Estado.

Segundo Setor: refere-se ao mercado e é ocupado pelas empresas privadas com fins lucrativos. Corresponde à livre-iniciativa, e tem como característica principal visar ao lucro.

Terceiro Setor: é formado por organizações privadas, sem fins lucrativos, que desempenham ações de caráter público. Correspondem às instituições sem fins lucrativos, que geram bens e serviços de caráter público, como Organizações Não Governamentais (ONG), Organizações Sociais (OS); instituições religiosas, entidades beneficentes, centros sociais, organizações de voluntariado, etc.

Conforme afirma Patzlaff (2015) o fortalecimento do Terceiro Setor também pode ser atribuído “[...] pela constante necessidade de atuação em áreas em que nem o Estado, tampouco a iniciativa privada, demonstrava interesse e habilidade para intervenção, sobretudo por estarem alicerçadas em valores ontológicos de natureza social-filantrópica.”

Outra conquista importante foi a Lei 13.019/2014 também conhecida como Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil, que estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as Organizações da Sociedade Civil (OSC) e esclarece quais as entidades são consideradas no âmbito da lei como OSC e quais os critérios necessários para que a entidade firme parceria com o poder público na execução das ações sociais.

2.3.2 Características e Tipos

São consideradas entidades do Terceiro Setor as entidades de interesse social, compostas por associações e fundações. O relatório da FASFIL (IBGE, 2012), indica que para se enquadrarem como entidades do Terceiro Setor as entidades devem apresentar simultaneamente as seguintes características:

- a) privadas, não integrantes, portanto do aparelho do Estado;
- b) sem fins lucrativos, isto é, organizações que não distribuem eventuais excedentes entre os proprietários ou diretores e que não possuem como razão primeira de existência a geração de lucros – podendo até gera-los – desde que aplicados na atividades fins;
- c) institucionalizadas, isto é, legalmente constituídas;
- d) autoadministradas ou capazes de gerenciar suas próprias atividades; e
- e) voluntárias, na medida em que podem ser constituídas livremente por qualquer grupo de pessoas, isto é, a atividade de associação ou de fundação da entidade é livremente decidida pelos sócios ou fundadores.

De acordo o Manual de Procedimentos para o Terceiro Setor (MPTS) compreende o campo de atuação dessas entidades as mais diversas áreas de interesse público viabilizando “o atendimento aos interesses e necessidades da coletividade tais como promoção de assistência social, educação, saúde, proteção do idoso e da criança em situação de vulnerabilidade social, [...], entre outras” (CFC, 2015).

2.3.3 A importância social do Terceiro Setor

Ao conceituar o Terceiro Setor a literatura, sempre se reporta à sua finalidade de não obter lucros, ou seja, não se trata de empresas mercantis. Trata-se de um conceito negativo por se reportar somente sobre aquilo que essas instituições não são. A essência das instituições que compõem o Terceiro Setor vai além disso conforme explicado por Drucker (2002a, XIV):

Elas fazem algo muito diferente das empresas ou do governo. As empresas fornecem bens ou serviços. O governo controla. A tarefa de uma empresa termina quando o cliente compra o produto, paga por ele e sai satisfeito. O governo cumpre sua função quando suas políticas são eficazes. A instituição 'sem fins lucrativos' não fornece bens ou serviços, nem controla. Seu 'produto' não é um par de sapatos, nem um regulamento eficaz. Seu produto é um *ser humano mudado*.

Com base nessa reflexão é possível afirmar a importância desse setor no desenvolvimento social, como agentes de mudança humana quando são observados os indicadores gerados em função do seu produto final, que é um paciente curado, uma criança que aprende, um jovem resgatado de uma situação de risco social e incluído no mercado de trabalho, uma mulher vítima de violência doméstica com auto estima recuperada e reinserida ao meio social livre de traumas, enfim poderíamos citar aqui uma infinidade de ações a que se destina a atuação das instituições do Terceiro Setor.

Sua atuação torna-se mais evidente quando visualizamos a limitação do Estado ao que tange a execução de tarefas sociais, haja vista do número crescente de organizações do Terceiro Setor apontado no estudo sobre as Fundações Privadas e Associações sem Fins lucrativos no Brasil (FASFIL), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), no ano de 2010. Segundo o estudo houve um acréscimo no número de instituições que passaram de 267,3 mil, em 2006 para 290,7 mil, em 2010 representando um crescimento de 8,8% no setor.

Essas organizações estão localizadas em maior proporção nas regiões sudeste com 44,2% seguida da região nordeste com 22,9% e a região sul com 21,5% da representação total. As regiões norte e centro-oeste tem representação mais tímida com 4,9% e 6,5% respectivamente. Atuam em campos distintos da sociedade e foram classificadas na pesquisa em grupos e subgrupos. Os grupos elencados pertencem as áreas de Habitação, Saúde, Cultura e Recreação, Educação e pesquisa, Assistência social, Religião, Partidos Políticos, sindicatos, associações patronais e profissionais, Meio ambiente e proteção animal, Desenvolvimento e

defesa de direitos e outras instituições privadas sem fins lucrativos, não especificadas anteriormente.

Dado o crescimento das instituições do Terceiro Setor e a variedade de organizações com área de atuação distinta vislumbra-se a relevância desse setor no cumprimento das ações sociais. De acordo Vilianova (2004, p. 2 apud ASSIS; MELO; SLOMSKI. 2000, p. 4): “As organizações que atuam no Terceiro Setor procuram abordar ou resolver, ainda que em parte os problemas sociais, catalisando as demandas da sociedade e buscando novas soluções ou novas propostas [...]”.

O estudo não faz menção ao número de atendimentos realizados pelas instituições no Brasil, dado que a pesquisadora considera de total relevância para evidenciação da eficácia dessas organizações em âmbito nacional.

Pelo que pôde ser apurado, não há uma divulgação ampla acerca dos resultados obtidos ao longo do ano pelas instituições do Terceiro Setor. A disseminação de informações para a comunidade ainda é um obstáculo a ser vencido para a maioria delas, principalmente as de pequeno porte, seja pela falta de hábito em praticar essa atividade, seja pela escassez de recursos financeiros para tal fim.

2.3.4 Importância Econômica do Terceiro Setor

Conforme mencionado por Machado (2014, p. 19) “o Terceiro Setor está em expansão no mundo inteiro”. Atualmente há um grande interesse por parte dos empresários em associar a sua imagem a causas sociais, com a criação de institutos voltados a causa filantrópica. De acordo Herzog e Vieira (2015) em reportagem publicada pela revista Exame, trata-se de “empresários ou herdeiros que assumiram uma nova vida como empreendedores dedicados a causas sociais”.

Na mesma reportagem Herzog e Vieira (2015) publicou uma pesquisa recente, realizada por duas organizações voltadas para o Terceiro Setor – O Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (Gife) e o Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social (Idis) – que realizou o mapeamento do panorama do investimento filantrópico familiar no Brasil. Participaram da pesquisa trinta e três fundações que totalizam um investimento de 500 milhões de reais por ano, o dobro do investimento aplicado no ano de 2005, segundo dados da reportagem. A pesquisa concluiu que o investimento em filantropia no Brasil durante o ano de 2014 foi de 15 bilhões de reais, correspondendo a 0,3% do PIB brasileiro. Essa realidade ainda é tímida perante os investimentos auferidos nos Estados Unidos, onde a cultura da filantropia é

mais latente, e há um maior incentivo por parte do estado para as empresas que realizam doações. De acordo a pesquisa o investimento em filantropia naquele ano no país, foi de 316 bilhões de dólares correspondendo a 1,5% do seu PIB.

Segundo dados disponibilizados no Portal da Transparência do Governo Federal o volume de recursos transferidos no âmbito nacional destinados a entidades sem fins lucrativos no ano de 2015 foi de R\$ 8.265.850.139,85 (oito bilhões duzentos e sessenta e cinco milhões oitocentos e cinquenta mil, cento e trinta e nove reais e oitenta e oitenta e cinco centavos). Esse valor representa 2,36% do volume de recursos totais transferidos pela união.

De acordo pesquisa divulgada pelo IBGE sobre as estatísticas do Cadastro Central de Empresas (CEMPRE) relativas ao ano de 2012⁴ as entidades sem fins lucrativos junto com órgãos da administração pública representam 9,7% do número de empresas e outras organizações existentes no país. De acordo com dados expressos na mesma pesquisa, essas entidades respondem por 6,5% da população ocupada e 6,7% da população assalariada.

O setor foi responsável entre os anos de 2006 a 2010 pela criação de 292,6 mil empregos correspondendo a um crescimento de 15,9% do número de ocupadas assalariadas naquele ano. A pesquisa IBGE sobre as FASFIL, apontou um contingente de 2,1 milhões de pessoas estava registrado como trabalhadores assalariados nas 290,7 mil instituições pesquisadas, ganhando em média o equivalente a 3,3 salários mínimos mensais em 2010⁵, o equivalente a R\$ 1.683,00. Já na pesquisa CEMPRE, os vencimentos pagos pelas entidades sem fins lucrativos referentes ao ano de 2012, eram de R\$ 1.842,09, porém houve um decréscimo no número de salários pagos para 2,96 salários mínimos⁶.

Dada a importância desse setor para a economia do país em função do volume de recursos administrados, deve ser dada real atenção a sua prestação de contas (*accountability*). Nesse contexto, se faz necessário a implementação de métodos que busquem evidenciar da eficácia das entidades do Terceiro Setor, no exercício de suas atribuições, de modo a transparecer para os doadores o real impacto causado com a aplicação dos recursos.

⁴ Está é a publicação vigente, disponível no *site* do IBGE

⁵ O valor médio do salário mínimo em 2010, foi de R\$ 510,00 conforme disponibilizado na pesquisa.

⁶ O valor do salário mínimo em 2012 era de R\$ 622,00, conforme consulta portal trabalhista. Disponível em: http://www.guiatrabalhista.com.br/guia/salario_minimo.htm

2.3.5 Importância Evidenciação da Informação Contábil no Terceiro Setor

Para Aquino e Santana (2002 apud RAMOS; KLAN, 2015): “Evidenciar é tornar evidente, mostrar com clareza as informações que não ofereçam dúvidas, que sejam compreendidas prontamente. Portanto, evidenciação significa divulgar de forma que se compreenda de imediato o que está sendo comunicado”

Os relatórios contábeis devem fornecer informações úteis afim de contribuir para decisões racionais de investimento por parte dos usuários sejam eles doadores atuais ou em potencial, bem como, ao demais interessados. Porém, para que sejam úteis devem representar de forma fidedigna a realidade da instituição.

Dessa forma, quanto maior evidenciação, maior será a qualidade da informação disponibilizada. Quanto menor a evidenciação, maior a probabilidade de manipulação da informação contábil.

A evidenciação está diretamente ligada a relevância e a materialidade da informação contábil, “pois toda as informações evidenciadas deverão ser relevantes e materiais para os usuários” (IUDÍCIOS; LOPES, 2004 apud RAMOS; KLAN, 2015).

De acordo CPC 00 (R1), (2011), a informação relevante influencia diretamente a tomada de decisão dos usuários voltada para os aspectos econômicos da instituição. Pode ser afetada pela materialidade, à medida que a sua omissão ou distorção possam influenciar a decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas demonstrações contábeis.

Por essa razão, utiliza-se a evidenciação como forma de análise da informação contábil, pois é por meio da divulgação dos relatórios contábeis que observamos as características supracitadas consistindo no meio oficial que as entidades utilizam para divulgar a sua prestação de contas realizando a *accountability*.

2.3.6 As Demonstrações Contábeis das Entidades do Terceiro Setor no Brasil

Segundo MPTS (CFC, 2015) as demonstrações contábeis “são relatórios de natureza contábil-financeira, exigidas pelas normas de contabilidade, com periodicidade ordinária ou extraordinária, contemplando o estado patrimonial da entidade [...] em um determinado período.” Deverão ser úteis a um grande número de usuários em suas avaliações e tomadas de decisões econômicas. De acordo a NBC TG 26 (CFC, 2013) “As demonstrações contábeis também objetivam apresentar os resultados da atuação da administração, em face de seus deveres e responsabilidades na gestão diligente dos recursos que lhe foram confiados”.

Conforme item 22 da ITG 2002 (R1) (CFC, 2015) destinada a Entidades Sem Finalidade de Lucros as demonstrações que devem ser elaboradas por essas entidades são: Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Período, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração do Fluxo de Caixa e as Notas Explicativas.

As demonstrações apresentam terminologia específica, que difere das utilizadas pelas empresas mercantis. As palavras “lucro” e “prejuízo” são substituídas por “superávit” e “déficit” do período. A conta “capital” é substituída por “patrimônio social”, integrantes do grupo patrimônio líquido. Quanto à estrutura de apresentação, a Interpretação Técnica sugere que sejam apresentadas de forma comparativa de dois períodos.

Devem ser apresentadas obedecendo ao disposto na NBC TG 26 (CFC, 2013) e NBC TG 1000 (CFC, 2013), quando aplicável.

2.3.6.1 Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial é a demonstração que evidencia a posição das contas que constituem o Ativo e o Passivo. O Ativo é constituído pelos bens e direitos da entidade, enquanto o passivo representa as suas obrigações com terceiros. O saldo correspondente a diferença entre Ativo e Passivo compreende o equilíbrio numérico dessa demonstração. Nas organizações do Terceiro Setor é chamado de Patrimônio Social. Para Olak e Nascimento (2009, p. 70) essa demonstração representa “uma ‘fotografia’ (por isso, demonstração estática) da entidade em dado momento, evidenciando, de forma sucinta, a situação econômica, financeira e patrimonial da mesma”.

O acréscimo, do termo *Social* é recomendado por expressar mais adequadamente a quem efetivamente pertence o Patrimônio, ou seja, à própria sociedade.

2.3.6.2 Demonstração do Resultado do Período (ITG 2002-R1)

Essa demonstração tem por objetivo principal evidenciar as atividades desenvolvidas pela entidade em um determinado período. Ao contrário das empresas mercantis, as instituições do Terceiro Setor têm a preocupação nessa demonstração de ir além do resultado (deficitário/superavitário) transparecendo aos usuários o desempenho dos projetos/atividades por elas desenvolvidas, bem como ação dos gestores enquanto volume de recursos obtidos e custos e despesas nelas empregadas.

Nessa demonstração a ITG 2002 (R1), (CFC, 2015), item 24, orienta que devam ser destacadas as informações de gratuidade concedidas e serviços voluntários obtidos, e divulgadas em notas explicativas por tipo de atividade.

2.3.6.3 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL), tem por finalidade principal evidenciar claramente o porquê das variações registradas contabilmente entre os saldos das contas do Patrimônio Líquido do fim do exercício anterior e os saldos do fim do exercício atual, além de mostrar o que fez mudar o valor do Patrimônio Líquido como um todo e as alterações internas, dentro de suas contas, mesmo que sem alteração de seu valor total. A lei 11.638/2007 extinguiu a obrigatoriedade dessa demonstração ao conjunto de demonstrações obrigatórias a serem apresentadas pelas empresas. Porém segundo Instrução Normativa da CVM, nº 59, a elaboração da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, somente só é obrigatória para as companhias abertas.

2.3.6.4 Demonstração dos Fluxos de Caixa

As organizações do Terceiro Setor que elaborem suas demonstrações contábeis com base no regime de competência deverão elaborar a demonstração do fluxo de caixa conforme requisitos da ITG 2002 (R1), (CFC, 2015) e apresentá-las como parte integrante do conjunto de demonstrações apresentadas ao final de cada exercício.

Segundo Slomski (2012, p. 30), essas informações no Terceiro Setor, tem o seguinte propósito:

- Identificar as fontes de geração de recursos (entradas de caixa);
- Identificar os itens que consumiram o caixa, durante o período; e
- Apresentar o saldo do caixa, na data da elaboração e publicação das demonstrações contábeis.

Essa demonstração é um valioso instrumento de apoio a tomada de decisão e controle gerencial, se tornando uma necessidade administrativa. De acordo Olak e Nascimento (2010, p. 76) “Essa demonstração é muito bem aceita por evidenciar recebimentos e pagamentos do período e o respectivo saldo existentes para fazer face a outros compromissos vincendos”. Ou seja, é uma fotografia da situação atual da instituição no que diz respeito aos recebimentos e

pagamentos. Porém, não é recomendado que seja utilizada isoladamente, por não apresentar outros aspectos importantes da entidade, só contemplados na demais demonstrações contábeis.

2.3.6.5 Notas Explicativas

As notas explicativas têm a função de explicar os principais critérios adotados pela contabilidade para elaboração das demonstrações contábeis, bem como, esclarecer algumas operações realizadas pela organização que estão refletidas monetariamente nessas demonstrações. Tem aspecto qualitativo, por esclarecer aos usuários, o que os números expressos nas demonstrações, não evidenciam com clareza.

2.3.7 A Prestação de Contas (*accountability*) à sociedade pelas entidades do Terceiro

Setor

Após o recebimento e aplicação das receitas, sejam elas obtidas através de doações das pessoas física ou jurídica ou subvenções públicas, as instituições precisam prestar contas aos financiadores públicos ou privados, beneficiários, bem como aos órgãos competentes. Tal procedimento é feito meio dos relatórios contábeis, instrumento que usualmente os investidores utilizam para avaliar e analisar as entidades, ou através da materialização das ações por elas instituídas.

Porém no Brasil, ainda é incipiente o número de instituições do Terceiro Setor que evidenciam publicamente as suas informações contábeis. Este fato está atrelado a ausência de regulamentação padronizada para esse efeito. Cruz (2010, p. 11) informa que: “Os Estados Unidos, berço dos trabalhos nessa linha, possuem o formulário 990 da Receita Federal (*internal revenue Service – IRS Form 990*), que é um tradicional mecanismo de divulgação das informações contábeis das instituições do Terceiro Setor”.

No âmbito do Terceiro Setor brasileiro não existe um instrumento capaz de veicular a informação contábil com a tradição e amplitude do formulário 990, que segundo Cruz (2010, p. 29) “foi implementado a mais de 50 anos pela Receita Federal norte-americana”.

O exercício da transparência é um fator fundamental para a obtenção e manutenção da confiabilidade dos doadores nas instituições sem fins lucrativos. Olak e Nascimento (2009, p. 22) fortalecem essa ideia quando afirmam que “Nas ESFL⁷, os provedores querem saber se os

⁷ Instituições Sem Fins Lucrativos (ESFL)

recursos colocados à disposição dos gestores foram aplicados nos projetos institucionais, ou seja, se a entidade foi eficaz. Se isso não ocorrer, provavelmente tais entidades terão seus recursos ‘cortados’.”

Nesse contexto, verifica-se a dificuldade em tornar público os resultados provenientes dos recursos alocados nas entidades. Quando o cerne da questão está em evidenciar a eficácia de suas ações, essa dificuldade é ampliada. Segundo o dicionário Aurélio da língua portuguesa, o termo eficaz consiste em “produzir o efeito desejado”. Os relatórios contábeis desenvolvidos com base nos normativos legais, não conseguem traduzir o efeito social provocado com a intervenção dessas instituições tendo como referencial o seu custo de oportunidade. Para atender a essa demanda, Slomski (2001) desenvolveu um método para a Mensuração do Resultado Econômico.

2.3.8 Custo de Oportunidade

O conceito de Resultado econômico, não se dissocia do custo de oportunidade. Samuelson (1979, p. 500 apud MILLANI FILHO, 2009, p. 38) define o custo de oportunidade com o seguinte exemplo:

Robinson Crusoe não paga dinheiro a ninguém, mas percebe que o custo de colher morangos pode ser considerado como sendo a quantidade de framboesas que ele poderia ter colhido ao mesmo tempo e com o mesmo esforço, ou como sendo do lazer sacrificado em troca de colher morangos. Esse sacrifício de fazer outra coisa qualquer é chamado de custo de oportunidade.

Segundo Slomski et al (2003, p. 3) “o conceito de custo de oportunidade originou-se com Frederich Von Wieser e foi aplicado na determinação do valor dos fatores de produção e definido como ‘a renda líquida gerada pelo fator em seu [...] uso alternativo’.”

Nesse contexto, entende-se por custo de oportunidade a “existência de duas ou mais alternativas mutuamente excludentes, possíveis de serem escolhidas pelo tomador de decisão. Assim ao optar por uma das alternativas, sacrificam-se os benefícios que as demais poderiam proporcionar”.

Na escolha dessas alternativas não pode ser excluída a questão do risco individual de cada uma delas, no intuito de comparar as diversas opções que as circundam.

Ao se reportar a mensuração do resultado econômico em entidades públicas Slomski (1996, p. 58 apud SLOMSKI, 2010, p. 104) definiu o custo de oportunidade como “o menor

preço de mercado à vista atribuído ao serviço prestado ao cidadão com similar qualidade, oportunidade, tempestividade daquele desprezado por ele ao utilizar o serviço público”.

Sendo assim, para efeito de mensuração do desempenho das entidades O uso do custo de oportunidade pode ser empregado para indicar o grau de eficácia do desempenho de uma entidade do Terceiro Setor.

2.3.9 O Resultado Econômico

No âmbito da literatura contábil a expressão “resultado econômico” é entendida como um indicador do grau de eficácia das empresas. Segundo Catelli e Guerreiro (1994, p. 5 apud SLOMSKI, 2003, p. 396) “o lucro ou resultado econômico é um indicador do nível de eficácia das empresas, tendo em vista a sua capacidade de absorver e refletir adequadamente os impactos de todos esses fatores, considerando inclusive a sinergia entre eles”.

Porém, deve-se observar a diferença entre as palavras lucro e resultado. O dicionário Aurélio, faz distinção entre as duas palavras. O lucro é um ganho, benefício, vantagem que se obtém no exercício de alguma atividade. Caracteriza-se pelo fator positivo entre receitas e custos. Já o resultado consiste na diferença, produto de uma operação matemática (diferença entre o custo de um serviço e a receita auferida pela sua prestação).

O lucro auferido pelas empresas pode ser utilizado como medida de desempenho. Consiste no termômetro que vai permitir ao seu administrador identificar a eficácia de sua atuação frente ao mercado consumidor. No entanto para as entidades do Terceiro Setor ainda não havia um instrumento capaz de desempenhar esse papel. Olak e Nascimento (2000, p. 1 apud SLOMSKI, 2010, p. 105) ensinam que:

A contabilidade ainda não consegue explicar alguns fenômenos que ocorrem no patrimônio e nos resultados dessas instituições. Um deles é ‘[...] a mensuração e o reconhecimento das receitas que diferentemente do que ocorre nas empresas, não guardam proporção direta com o volume de serviços prestados, principalmente em função do trabalho voluntário e das doações e subvenções recebidas [...]’.

Nas entidades sem fins lucrativos as receitas obtidas com recursos de subvenção ou doação podem apresentar uma diferença em relação à quantidade de serviços prestados pelas instituições, ou seja, pode haver um número superior de doações realizadas em dado período que não correspondem simultaneamente ao número de serviços prestados para a comunidade, diferente do que acontece nas empresas mercantis, onde para cada crédito, existe um débito correspondente. Esse superávit ou déficit, conforme Olak e Nascimento (2000, p. 151 apud

SLOMSKI, 2010, p. 105) “[...] devem refletir obrigatoriamente, para fins de avaliação de desempenho institucional [...]”.

Para fins de mensuração do resultado econômico é necessário entender a priori, o conceito de receita econômica. Para Iudícibus et al. (1997, p. 73 apud SLOMSKI, 2003, p. 407):

Entende-se por receita a entrada de elementos para o ativo, sob forma de dinheiro ou direitos a receber, correspondentes, normalmente, à venda de mercadorias, de produtos ou à prestação de serviços. Uma receita também pode derivar de juros sobre depósitos bancários ou títulos e de outros ganhos eventuais.

Em se tratando das receitas das entidades do Terceiro Setor, o termo *receita* refere-se as doações, contribuições e subvenções obtidas de entes públicos ou privados, bem como das ações de trabalho voluntário. Para Olak e Nascimento (2009, p. 28) as contribuições correspondem “a recursos pecuniários oriundos de associados e outros indivíduos ou empresas que comprometem, periodicamente (mensal, trimestral, anualmente, etc.), a contribuir com determinada quantia prefixada ou não, para manutenção da entidade”. Ao que tange as doações segundo o Código Civil, art. 538, “o contrato em que uma pessoa, por liberdade, transfere do seu patrimônio bens ou vantagens para o de outra”. Sobre as subvenções consistem geralmente na maior fonte de recursos das instituições. Nunes (1990, p. 801 apud OLAK; NASCIMENTO, 2009, p. 31) complementa essa definição explicando que as doações se constituem em “abono de determinada soma de dinheiro concedido, periodicamente, pela Administração ou Governo, para a manutenção de instituição beneficente, [...] de caráter privado e utilidade ou interesse público”.

O serviço voluntário consiste em um indicador que pode se usar na avaliação de desempenho das entidades do Terceiro Setor. Slomski (2010, p. 107) corrobora o conceito de trabalho voluntário atribuído pelo “Programa Voluntários” e o define como “[...] o cidadão que, motivado pelos valores de participação e solidariedade, doa seu tempo, trabalho e talento, de maneira espontânea e não remunerada, para causa de interesse social e comunitário”.

Os recursos provenientes das receitas poderão converter-se em serviços disponibilizados à sociedade. Porém para a sua execução é necessário o consumo de insumos adquiridos, recurso humanos, tecnologia, entre outros. Dessa forma, os recursos recebidos são considerados como meios capazes de sustentar os elementos necessários à manutenção das atividades da instituição.

O Resultado Econômico definido por Slomski (2010, p. 106) “consiste na diferença entre a receita econômica e os custos diretos e indiretos incorridos”. O autor afirma ainda que

nesse caso a receita econômica será o produto da “[...] multiplicação do custo de oportunidade, que o cidadão desprezou ao utilizar o serviço público, pelos serviços que ele tenha efetivamente executado [...] Slomski (2010, p. 106 apud SLOMSKI, 1996, p. 57).

Nesse intuito Guimarães et al. (2016) entende o Resultado Econômico “como a apuração de ganho ou perda econômica, diferente de outros demonstrativos que buscam o lucro ou prejuízo, que indica o grau de eficácia de uma entidade, na diferença que se dá pelas receitas e pelas despesas”.

Com efeito, a mensuração do resultado econômico permite aos financiadores e usuários avaliar o valor social produzido pelas entidades. Ainda sobre o resultado econômico Slomski (2010, p. 106 apud SLOMSKI, 1999, p. 33) o caracteriza como sendo “[...] o indicador da eficácia na empresa privada [...]” e na entidade pública, pode-se dizer que o Resultado Econômico, medido pela Demonstração do Resultado Econômico, na visão do autor “é indicador de eficiência dos custos de agenciamento e da eficácia da gestão do Estado”.

Dessa forma as entidades do Terceiro Setor podem fazer uso do resultado econômico afim de evidenciar a sua eficácia, considerando que ela provém do processo de produção de serviços resultados pretendidos com a utilização mínima de recursos.

Tabela 1 – Demonstração do resultado econômico – modelo proposto por Slomski

(+)	Receita Econômica
(-)	Custos Diretos dos Serviços Prestados
(=)	Margem Bruta
(-)	Depreciações
(-)	Custos Indiretos Identificáveis aos Serviços
(=)	Resultado Econômico

Fonte: Slomski (2010, p. 107).

Para efeito de mensuração do resultado econômico Slomski (2010, p. 108) explica que “o serviço voluntário e as despesas incorridas, porém assumidas por terceiros ‘beneficência’, podem ser reconhecidas utilizando-se o critério utilizado por Olak (2000, p. 157)”. Com base nesse modelo, mesmo não havendo desembolso de caixa, os serviços poderão ser mensurados pelo menor valor de mercado na condição a vista. Desse modo, aplica-se o mesmo conceito de custo de oportunidade e resultado econômico a para reconhecimento dessa receita.

Frente a isso, utilizou-se para efeito dessa pesquisa os modelos desenvolvidos por Slomski (2010, p. 107) e Olak (2000, p. 156 apud SLOMSKI, 2010, p. 109)

Tabela 2 – Demonstração do resultado econômico – modelo proposto por Olak

Receita Operacional	
	Serviços Prestados (Receita Econômica)
Custos e Despesas, segregados em:	
(I)	Valorados a Custo Histórico (desembolso passado, presente ou futuro)
	Operacionais (diversas)
	Depreciação
(II)	Valorados a Preços Correntes de Mercado (não há desembolso por parte da entidade)
(=) Resultado Econômico	

Fonte: Olak (2000, p. 156 apud SLOMSKI, 2010, p. 109).

2.3.10 A importância da mensuração do resultado econômico

Evidenciar o resultado econômico produzido pelas instituições do Terceiro Setor é relevante enquanto indicador da eficácia produzida pelas entidades do Terceiro Setor, tomando como base os seguintes aspectos:

- O poder público e os cidadãos de modo geral, compõe o corpo contribuinte dos recursos necessários a manutenção dessas instituições
- Em contrapartida, a instituição tem como compromisso a prestação de serviços voltados para o bem comum da sociedade.
- Se não existisse o serviço público, prestado pelas entidades do Terceiro Setor, o cidadão para satisfação das suas necessidades, iria procurar o menor preço de mercado à vista, para realizar a contratação de serviços.

Para efeito desse estudo a instituição privada sem fins lucrativos, deve ser entendida como uma sociedade com fins de lucro, pois segundo Pindyck e Rubinfeld (1994, p. 4 apud SLOMSKI, 2001, p. 47) a Teoria de Empresa tem como premissa básica:

[...] as empresas procuram maximizar seus lucros. A teoria utiliza tal suposição para explicar como as empresas determinam os números de mão de obra, capital e matérias primas de que fazem uso para a produção, assim como a dimensão desta produção [...]

O conhecimento dos fatores de produção necessários a manutenção das atividades de uma empresa, são cruciais para que os empresários possam mensurar o que pode receber pelos serviços oferecidos a comunidade. Sendo assim, as satisfações das necessidades sociais poderiam ser sanadas pelo serviço privado, porém os cidadãos abdicam dessa opção para fazerem uso dos serviços oferecidos pelas entidades do Terceiro Setor, foco do nosso estudo. O bônus esperado pelo cidadão em função dessa escolha, é que o “lucro” aferido com a prestação de serviços pela entidade (que só é possível via receita de doações e subvenções) seja revertido a população em serviços de qualidade.

Para tal é necessário que a entidade seja eficaz na consecução das ações a que se propõe. Para Slmonski (2001, p. 48): A eficácia está atrelada a uma série de fatores fundamentais a exemplo da produtividade, eficiência, satisfação, adaptabilidade e desenvolvimento. Porém o autor mesmo reconhecendo a dificuldade em analisar os impactos provocados por esses fatores isoladamente, acredita ser o resultado econômico um indicador que transpareça a eficácia da entidade.

3 METODOLOGIA

3.1 TIPO DE ESTUDO

O presente estudo elegeu a pesquisa qualitativa como modalidade de abordagem, com o intuito de estudar o tema proposto em toda a sua complexidade. Concordando com Silva (2010, p. 30) a investigação qualitativa corresponde “[...] aquela que trabalha predominantemente com dados qualitativos, isto é, os dados coletados pelo investigador que não necessariamente estão expressos por números.”

Através da utilização desse método foi possível realizar uma investigação aprofundada acerca do tema proposto através de uma imersão na literatura existente e relatos dos atores envolvidos.

3.2 OBJETIVOS DA PESQUISA

Quanto aos objetivos propostos nesse trabalho a pesquisa assume um caráter exploratório, visando explorar o campo teórico existente sobre o tema proposto para facilitar seu entendimento e buscando constituir conhecimento que permita posteriormente construir a hipótese.

Segundo Severino (2010, 123) a pesquisa exploratória “busca apenas levantar informações sobre um determinado objeto, delimitando assim um campo de trabalho, mapeando as condições de manifestação desse objeto”.

Seguindo essa lógica, a pesquisa busca explorar os elementos necessários para analisar a Demonstração do Resultado Econômico enquanto instrumento de avaliação da eficácia da atuação Instituto Social Bela Vista, no município de Vitória da Conquista, em 2014.

3.3 PROCEDIMENTO DA PESQUISA

Buscando atender aos objetivos propostos na pesquisa utilizou-se a pesquisa documental, no âmbito de um estudo de caso. Para Severino (2010, p. 122) a pesquisa documental tem como fonte:

documentos no sentido amplo, ou seja, não só de documentos impressos, mas sobretudo de outros tipos de documentos, tais como jornais, fotos, filmes, gravações, documentos legais. Nestes casos, os conteúdos dos textos ainda não tiveram nenhum

tratamento analítico, são ainda matéria-prima, a partir da qual o pesquisador vai desenvolver sua investigação e análise.

A pesquisa fez uso das demonstrações contábeis geradas pela instituição a exemplo do Balanço Patrimonial, Demonstração de Déficit ou Superávit, Demonstração do Fluxo de Caixa, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e Notas Explicativas. A pesquisa também utilizou outros relatórios gerados pela instituição para obter informações complementares sobre suas atividades, a exemplo do Projeto Pedagógico, Plano de Trabalho e Estatuto, a fim de verificar, por meio de sua análise, a eficácia da instituição na prestação de serviços à Comunidade. Para isso, como parâmetro a pesquisa aplicou o modelo de mensuração do resultado econômico desenvolvido por Valmor Slomski.

O estudo de caso foi utilizado, por possibilitar o aprofundamento de conhecimento de processos sociais através de um estudo minuciosamente conduzido. Para Gil (2010, p. 37) o estudo de caso é definido como:

A modalidade de pesquisa amplamente utilizada nas ciências biomédicas e sociais. Consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento, tarefa praticamente impossível mediante outros delineamentos já considerados.

De acordo Martins (2008, xi) no estudo de caso, “o pesquisador não tem controle sobre eventos e variáveis, buscando apreender a totalidade de uma situação e, criativamente, descrever, compreender e interpretar a complexidade de um caso concreto”.

Por essa razão a pesquisa adotou o estudo de caso aplicado ao Instituto Social Bela Vista, entidade do Terceiro Setor, conforme descrito no tópico 3.4.

3.4 CAMPO DE ESTUDO

A dinâmica social em tempos atuais possibilitou a mudança do papel da mulher na sociedade. Seja por realização profissional ou por necessidade de prover o sustento da família, a mulher tem ocupado o seu papel no mercado de trabalho. Em função de tal realidade surge a necessidade, e a cada dia aumenta a demanda, por deixar os filhos aos cuidados de outras pessoas. Sendo assim, as instituições educacionais assumem um papel de destaque na rotina das mães e no desenvolvimento das crianças.

Sendo assim as mães tem recorrido às creches, quando se trata de crianças 0 a 3 anos e a pré-escolas destinadas a educação de crianças de 4 a 5 anos. Esse é muito delicado na vida da

criança, pois corresponde ao seu primeiro contato com o mundo fora da proteção dos pais e da família.

Nesse sentido o Instituto Social Bela Vista (ISBV), atua no município de Vitória da Conquista desde 1985, onde só desenvolvia as atividades correspondente a creche. Atualmente o instituto oferece a comunidade os serviços correspondentes a creche e pré-escola. Além do trabalho desenvolvido com as crianças, a Instituição desenvolve trabalhos com crianças, adolescentes e mulheres em situação de vulnerabilidade social e ainda presta atendimento e orientação às famílias e a comunidade.

De acordo Projeto Pedagógico disponibilizado pela instituição, sua proposta pedagógica tem como meta o desenvolvimento integral das crianças nos seus aspectos físicos, afetivo, psicológico, intelectual e social. Sua função educativa busca trabalhar em parceria com as famílias das crianças no intuito de resgatar os valores éticos e morais.

3.5 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA

A pesquisa concentrou-se na realização de um estudo de caso apoiado em uma pesquisa documental, acerca da Demonstração do Resultado Econômico como instrumento capaz de evidenciar a eficácia da aplicação dos recursos aportados pelos financiadores do Instituto Social Bela Vista, em 2014.

Atualmente as demonstrações contábeis são as peças oficiais utilizadas pela instituição para demonstrar aos órgãos concedentes/financiadores bem como aos doadores (pessoa física ou jurídica) a aplicabilidade dos recursos investidos. Utilizando o modelo propostos por Valmor Slomski, e tendo como base as peças contábeis disponibilizadas pela instituição, a pesquisa propõe um modelo alternativo de evidenciação da eficácia das instituições ao aplicar os recursos concedidos na prestação de serviços à comunidade.

3.6 TÉCNICA DE COLETA DE DADOS

O estudo utilizou a entrevista como técnica para coleta de dados. Silva (2010, p. 63) define essa técnica como sendo “uma comunicação verbal entre duas ou mais pessoas, com um grau de estruturação previamente definido” quanto ao tipo aplicado a pesquisadora optou pela entrevista não estruturada que de acordo o mesmo autor consiste em “uma conversação informal, que pode ser alimentada por perguntas abertas, proporcionando maior liberdade para

o informante”. A forma de condução da entrevista foi focalizada, orientada por um roteiro contendo os principais tópicos relacionados ao assunto.

Foram realizadas duas entrevistas no ISBV. A Primeira com a Presidente da instituição onde foi disponibilizada as demonstrações contábeis. A segunda contava com a presença também da Vice-Presidente, onde foram coletadas informações mais detalhadas sobre o funcionamento e estrutura do Instituto. O depoimento, gravado com o consentimento de ambas, foi outro instrumento de coleta de dados pois possibilitou um conhecimento mais aprofundado sobre a história do Instituto e suas conquistas. Sakamoto e Silveira (2014, p. 59) conceituam depoimento como sendo “um recurso que o pesquisador recolhe, junto ao pesquisado, um texto escrito ou uma comunicação oral de uma situação vivida que esteja relacionada ao objeto estudado”.

Em seguida os dados coletados e analisados de forma sistemática e descritiva, o que contribui de forma significativa para a investigação, por proporcionar um conhecimento aprofundado sobre a instituição contribuindo para a sua validação.

Após a coleta dos dados foi possível realizar uma comparação entre o que foi evidenciado nas demonstrações contábeis geradas pela instituição e o modelo proposto por Valmor Slomski para mensuração do resultado econômico, conforme exposto na análise dos dados.

3.7 ANÁLISE DO CONTEÚDO

Após a coleta dos dados realizada através de entrevistas, seguida da disponibilização de documentos do Instituto, a pesquisadora procedeu com a análise do conteúdo. Martins (2008, p. 34) diz que essa etapa “presta-se tanto para fins exploratórios, ou seja, de descoberta, quanto aos de verificação, confirmando ou não proposições e evidências de um Estudo de Caso”.

O conteúdo da análise foi inserido em forma de texto observando os aspectos pretendidos nos objetivos geral e específico; a problemática do estudo; e hipótese. Quanto a interpretação, a pesquisa se propõe a realizar uma análise latente do conteúdo, que de acordo Landry (2003 apud SILVA, 2010, p. 68) “se refere ao implícito, ao não expresso, ao sentido oculto, numa palavra, aos elementos simbólicos do material analisado.” Para Silva (2010, p. 68):

Por sua vez, a interpretação do latente é feita na visão míope de um analista que procura observar aspectos obscuros para ele, procurando nas entrelinhas desvendar

mistérios e ideias; [...] é desvendando mistérios não explícitos que o analista de conteúdo vai desenvolvendo bem o seu papel.

Nesse sentido a pesquisa apoia-se nos dados coletados a fim de trazer a luz elementos não explícitos nos materiais consultados, buscando dessa forma obter respostas ao que tange a problemática da pesquisa.

3.8 APLICAÇÃO DO INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

O estudo foi aplicado ao Instituto Social Bela Vista (ISBV), com o auxílio da Presidente e Vice-Presidente da instituição em duas etapas. Na primeira somente a Presidente foi entrevistada com um auxílio de um roteiro contendo perguntas oportunas ao estudo. Na oportunidade foi solicitado e disponibilizado por ela o conjunto de demonstrações contábeis produzidas pela ISBV correspondentes ao ano de 2014.

Na segunda entrevista a pesquisadora obteve autorização para gravação da conversa, desta vez com a presença também da vice-presidente. As perguntas norteadoras, contendo 06 questões, foram encaminhadas anteriormente para o e-mail da instituição afim de serem analisadas pelas entrevistadas e os dados solicitados serem providenciados com maior brevidade.

Na oportunidade foi disponibilizado para efeito desse estudo, o projeto pedagógico da instituição, bem como o plano de trabalho. Através da entrevista, a pesquisa teve acesso a dados relevantes para elaboração do estudo tais como número de salas e alunos matriculados na instituição, bem como projetos auxiliares executados por ela em 2014.

4 RESULTADO ECONÔMICO NO INSTITUTO BELA VISTA

4.1 A ENTIDADE PESQUISADA

O Instituto Social Bela Vista (ISBV) é uma instituição comunitária, beneficente e sem fins lucrativos, fundada em 22 de fevereiro de 1985, Como Creche Bela Vista, atuando nos bairros: Bela Vista, José de Anchieta, Nova Cidade, Loteamento Veloso, Panorama e adjacências.

Figura 1 – Fachada do prédio da Creche Bela Vista



Fonte: Acervo da pesquisa.

Desde 2000, são realizadas atividades com adolescentes, de ambos os sexos oferecendo-lhes oficinas educativas, de socialização, culturais recreativas, artesanais, artísticas e esportivas, com o objetivo de que possam desenvolver suas aptidões e potencialidades, ocupando parte do seu tempo com atividades que possibilitem, uma melhor condição de vida futura. Como forma de intervenção social a entidade vem desenvolvendo ações com as crianças e adolescentes, priorizando a integração e o acompanhamento às famílias, buscando trabalhar em conjunto na resolução de problemas e orientações em diversas situações, tais como: no tratamento médico e psicológico, higiene, encaminhamento escolar e orientação jurídica.

Em consonância com os objetivos traçados no planejamento estratégico, a instituição desenvolve oficinas de Reforço Escolar, Dança Clássica, Ballet, Brinquedoteca, Sala de Leitura e Percussão.

Com o intuito de contribuir para a estruturação socioeconômica, da comunidade o Instituto desenvolve cursos profissionalizantes para mulheres, de corte e costura, doces e salgados, artesanato e artes.

Devido a nova conjuntura de atendimento a instituição se tornou Instituto, como forma de intervenção social, participando direta e indiretamente de movimentos e ações que visam à garantia dos direitos humanos, para assim, promover uma sociedade mais justa e um mundo melhor.

Para o cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, o Instituto atua em consonância com o Estatuto da Criança e do Adolescente/ECA, além de princípios cristãos, éticos e morais, desenvolvendo atividades que reforçam a autoestima dos educandos para construção do sujeito que tem direito a ter direitos. Em seu Plano de Ação (2014) a entidade destaca qual a sua missão e visão conforme descrito abaixo:

O Instituto tem como missão:

Proporcionar a comunidade, as famílias, as crianças e adolescentes um espaço que possa trazer uma nova perspectiva de vida, voltados ao desenvolvimento social e pedagógico, onde tenham oportunidades para se desenvolverem e se transformarem em cidadãos atuantes com sólidos valores humanos.

A visão do Instituto consiste em:

melhorar a vida das crianças e adolescentes, oferecendo uma educação de qualidade, formando indivíduos conscientes e capazes de sair da condição de pobreza que hoje se encontram, oferecendo aos pais e comunidade cursos profissionalizantes, valorizando o potencial de sua clientela e profissionais envolvidos.

Conforme definido em seu estatuto o Instituto Social Bela Vista, tem por finalidade:

- I- Manter em suas atividades o funcionamento da Creche Bela Vista com creche e Educação Infantil.
- II- Estimular e executar a implantação de projetos em todas as áreas: cultural, educacional, de assistência social, questões de gênero, desenvolvimento social, tecnológico, segurança pública, saúde, habitação, cidadania e outros abrangidos pelo estatuto.
- III- Realizar e manter cursos de qualificação profissional, projetos de geração emprego e renda, economia solidária ou de agricultura familiar.
- IV- Firmar convênios e parcerias com universidades, faculdades nacionais e internacionais, empresas privadas e públicas, possibilitando estágio nas mais diversas áreas e demais termos aplicados a espécie.
- V- Celebrar convênios e parcerias, contratos em geral, com todos os Ministérios e Secretarias Estaduais e Municipais, Prefeituras, e Poder Legislativos Federais, Estaduais e Municipais em todo território Nacional;

- VI- Estabelecer parcerias públicas e privadas, com vistas a apoiar as iniciativas em defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes.
- VII- Executar obras, integrando-se a comunidade através de atividades assistenciais, culturais e esportivas, utilizando de recursos próprios, doações, ou subvenções e ou legados.
- VIII- Orientar jovens, adolescentes e adultos, através de cursos profissionalizantes.
- IX- Desenvolver ações que contribuam com a conservação e a proteção ambiental, promoção humana e inclusão social.
- X- Promover o desenvolvimento educacional de acordo com as leis e normas estabelecidas pela legislação em vigor.
- XI- Possibilitar o acesso ao ensino fundamental, médio e superior, através de parcerias celebradas com organismos afins.
- XII- Representar os seus associados, perante os órgãos de Administração Pública e Entidades Privadas, reivindicando o atendimento às demandas e a resolução de conflitos e controvérsias, levando-os a responder aos seus anseios e expectativas.
- XIII- Defender a manutenção e a efetivação de direitos já adquiridos e promover a ampliação e reconhecimento de necessidades fundamentais como novos direitos.
- XIV- Promover o desenvolvimento socioeconômico, a inclusão social, combate à pobreza, e às desigualdades sociais, mediante captação de recursos para financiamento de programas e projetos, de caráter não lucrativo, de novos modelos sócio-produtivos e de sistemas alternativos de produção, comércio, trabalho, emprego, renda e crédito, nos quais buscará desenvolver práticas de defesa e preservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável, iniciativas de cooperativismo, integração de serviços e incentivo à formação profissional de seus associados e respectivos familiares;
- XV- Promover e estimular o intercâmbio, articulação e cooperação com entidades congêneres, indivíduos e instituições, de caráter público ou privado, no campo e na cidade, em torno a temas relacionados às finalidades do ISBV;
- XVI- Atuar e estimular a construção e reforma de habitação popular de interesse social no meio rural e urbano, seja com recursos próprios e ou de convênios firmados com organismos públicos ou privados;

O objetivo geral do instituto está em “Melhorar a qualidade de vida das famílias da comunidade garantindo um atendimento às crianças e adolescentes atendidos” (PLANO DE AÇÃO ISBV, 2014).

Durante o ano de 2014 o Instituto Social Bela Vista atendeu a um total de 290 crianças, com faixa etária que compreende dos 02 aos 05 anos. A elas são oferecidas atividades lúdicas, educativas, culturais, recreativas e de socialização, promovendo trabalhos educativos, dando condições para que a família possa trabalhar, tendo acesso a um serviço que assegure o atendimento educacional e os cuidados básicos de seus filhos.

Aos alunos matriculados na creche, o instituto oferece 05 refeições diárias composta por: Café da manhã ao chegar; lanche intermediário; almoço; outro lanche intermediário e lanche final ao sair. Também são disponibilizados dois conjuntos de uniformes utilizados pelos alunos ao longo do ano, no período de permanência na instituição. As crianças também recebem material didático composto por um caderno de desenho, lápis preto e borracha.

Já os alunos matriculados na pré-escola no período matutino recebem 03 refeições, sendo: Café da manhã, lanche leve intermediário e almoço. Para os matriculados no período

vespertino a alimentação é composta por: lanche leve intermediário⁸ e o lanche normal das 15h. O fardamento é disponibilizado pela Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista. Os alunos também recebem material didático quem consiste em um caderno de desenho, um caderno para escrita com quarenta e duas folhas, um lápis preto e uma borracha.

A merenda escolar é fornecida pela Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista (PMVC), através de convênio mantido com o Governo Federal com recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). O instituto também recebe doação de alimentos advindos do Programa Nacional de Aquisição de Alimentos (PAA), também por intermédio da PMVC. Quando há necessidade o instituto aporta recursos próprios, obtidos por meio de doações financeiras, para a compra de alimentos destinados a alimentação dos alunos.

Além das atividades mencionadas acima, o instituto atendeu a 132 adolescentes através do Projeto “Adolescentes em Ação”, onde são oferecidas atividades voltadas para arte, esporte e lazer, oficina de reforço de aprendizagem, arte e culinária, corte costura, teatro e dança, com o intuito de disponibilizar instrumentos para o exercício da cidadania e inclusão social.

Através de uma parceria firmada com a União de Mulheres de Vitória da Conquista, o instituto atendeu a 40 adolescentes por intermédio do projeto “Abrindo o Tabuleiro” onde os jovens foram capacitados por meio de uma oficina em arte culinária e comida baiana, criando oportunidade de agregar mais uma profissão para aqueles que desejam ingressar no mercado de trabalho além de aprimorar os seus conhecimentos acerca da culinária com o acesso a novas receitas.

Também no ano de 2014 o ISBV contou com a parceira da Faculdade Independente do Nordeste (FAINOR) para a realização da Semana de Responsabilidade Social, realizada no Instituto. Para esta ação, a FAINOR disponibilizou a participação de 33 profissionais distribuídos entre as áreas de Saúde (enfermeiro, Dentista, Fisioterapeuta), Assistente Social, Advogado e Paisagista, que forneceram serviços em caráter voluntário para a Instituição.

O instituto contou durante esse ano com o trabalho voluntário de outros profissionais a exemplo de: Auxiliar de cozinha, advogada, Dentista, Pedreiro, Encanador, Eletricista, Pintor e Serviços Gerais.

⁸ Corresponde a uma fruta ou suco

4.2 DADOS UTILIZADOS PARA A MENSURAÇÃO DO RESULTADO ECONÔMICO

Com relação aos dados físicos, foram consideradas as atividades desenvolvidas durante o ano de 2014, relacionadas aos serviços prestados à comunidade, voltados a creche e pré-escola (número de alunos matriculados), bem como as crianças atendidas através do projeto “Adolescentes em Ação” (número de pessoas atendidas). Levou-se em consideração também a participação do voluntariado na entidade, mensurado através do número de horas dedicadas a atividades na instituição.

As atividades desenvolvidas pelo Instituto Social Bela Vista foram identificadas no âmbito das ações desenvolvidas pela Instituição.

4.2.1 Creche para crianças de 2 a 3 anos

Cinco turmas foram destinadas as atividades da creche em 2014, distribuídas da seguinte forma:

Turma 01: 26 alunos matriculados

Profissionais: 03 monitoras presentes em sala de aula
Turno Integral

Turma 02: 26 alunos matriculados

Profissionais: 02 monitoras presentes em sala de aula
Turno Integral

Turma 03: 28 alunos matriculados

Profissionais: 02 monitoras presentes em sala de aula
Turno Integral

Turma 04: 28 alunos matriculados

Profissionais: 02 monitoras presentes em sala de aula
Turno Integral

Turma 05: 28 alunos matriculados

Profissionais: 02 monitoras presentes em sala de aula
Turno Integral

No total foram matriculados 136 alunos na creche, acompanhados por 11 monitoras. No turno integral os alunos chegam às 08:00h da manhã e são liberados às 17:00h. Como já foi dito nesse trabalho, o Instituto oferece cinco refeições diárias e banho. Além de receberem dois conjuntos de uniformes no período de inverno aos alunos da creche são disponibilizados

pijamas para sem manterem aquecidos. A creche funciona durante onze meses, ou seja, de fevereiro a dezembro.

4.2.2 Pré-escola para crianças de 4 a 5 anos

As atividades voltadas para Pré-escola funcionam em dois turnos: matutino e vespertino. Para o turno matutino foram destinadas três classes, contendo vinte dois alunos cada uma acompanhada por suas respectivas professoras, totalizando três profissionais. O horário letivo é de 08:00h às 12h. As crianças recebem café da manhã ao chegar, lanche intermediário composto por uma fruta ou suco e antes de retornarem para casa almoçam.

No turno oposto foram destinadas quatro salas de aula, com uma professora por sala, composta também por vinte dois alunos em cada uma delas. Os alunos chegam às 13h e retornam para casa às 17h. Para os alunos matriculados nesse período, são oferecidos lanche intermediário, também composto por uma fruta ou suco e a merenda escolar no horário das 15h.

Os alunos matriculados na Pré-escola têm acesso as atividades complementares a exemplo das aulas de balé (figura 2) e música (percussão) (figura 3).

Além disso o ISBV oferece com a frequência de 01 (uma) vez por mês, pelo período de 04 (quatro) horas/por turno, aulas de Karatê. O que totaliza 72 (setenta e duas) horas durante o ano. Não foi contabilizado o mês de junho como período letivo, para efeito das aulas de Karatê, pois segundo calendário do município, o referido mês contou com 09 dias letivos.

Figura 2 – Apresentação de Balé no Instituto Social Bela Vista pelas alunas da Pré-escola



Fonte: Acervo do ISBL.

As alunas que fazem parte do balé, são disponibilizados toda a indumentária necessária para tal, composta por: saia, *collant*, meia calça, acessório de cabelo e sapatilha.

Figura 3 – Aula de música (percussão)



Fonte: Acervo do ISBL.

Os 42 funcionários que trabalham no ISBV exercendo as funções de: Monitor, Professor, Auxiliar de Higienização, Apoio, Manipulador de Alimentos, Diretora, Secretária e Serviços Gerais, são cedidos pela Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista, através de um convênio firmado com a instituição. Dessa forma o ISBV não possui nenhum custo direto, relacionado a despesa com pessoal. Esse custo está alocado na folha de pagamento do município e para efeito desse estudo a pesquisadora obteve informações junto a PMVC, Setor Pessoal, afim de apurar o custo correspondente ao pessoal alocado no ISBV. Esse custo é fundamental para a apuração do Resultado Econômico, visto que, trata-se de um elemento essencial a execução das ações na instituição.

Além dos custos com pessoal a pesquisadora obteve o valor destinado ao pagamento das despesas com água e luz do Instituto, bem como os custos com merenda escolar e o valor pago ao agricultor pelos alimentos que constituem as doações do PAA, também cedidos pela PMVC, por intermédio das secretarias de Administração, Secretaria Municipal de Educação (Coordenação Municipal da Merenda Escolar) e Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (Coordenação de Segurança Alimentar e Nutricional).

Além das atividades de Creche e Pré-Escola o ISBL desenvolve um projeto com os adolescentes da comunidade denominado “Adolescentes em Ação”. De acordo o Plano de Ação

disponibilizado pela entidade, este projeto engloba atividades de resgate da aprendizagem, artes manuais, teatro, dança, esporte, culinária, corte e costura fortalecendo a autoestima e instrumentalizando-os para o exercício da cidadania e ainda os incentivando a frequência escolar, retirando-os das ruas, das drogas e da violência.

No ano de 2014 foram atendidos através do projeto 132 adolescentes distribuídos em seis turmas sendo que três estão alocadas no turno matutino e as outras três no turno vespertino, contendo vinte dois alunos em cada classe. Cada turma possui o seu monitor correspondente o que totaliza três monitores com carga horária de 40h semanais cada um.

Com recurso das doações e subvenções o instituto disponibiliza alimentação, em caráter de igualdade aos demais alunos matriculados na pré-escola (de acordo o turno) e material didático aos participantes do projeto, composto por caderno com 42 folhas, lápis preto e borracha.

Outra ação realizada foi o projeto “Abrindo o Tabuleiro” proporcionou a 40 jovens da comunidade o acesso aos ensinamentos ligados a arte culinária, por intermédio de uma oficina que além da culinária tradicional, aprenderam a fazer doces e a regional “comida baiana”. O curso teve duração de 03 meses, com duração de 04 horas diárias, todos os dias da semana, acompanhado por uma instrutora.

Figura 4 – Alunas do projeto “Abrindo o Tabuleiro”



Fonte: Acervo do ISBV.

O Instituto desenvolveu também em 2014 uma parceria com a FAINOR a Semana Social. Através desse projeto, foram desenvolvidas várias atividades na entidade, a título de

trabalho voluntário, a exemplo de: paisagismo, executado pelos profissionais da área de paisagismo e arquitetura. Serviços de fisioterapia funcional, educativa e infantil, por meio de análise do desenvolvimento e crescimento, realizado por uma equipe de fisioterapeutas. Odontólogos realizaram atividades voltadas a saúde bucal. Uma equipe composta por enfermeiros realizou palestras de orientação aos pais sobre acidentes domésticos e orientações nutricionais. Advogados prestaram serviços de assessoria jurídica aos pais e as Assistentes sociais prestaram serviços de assessoria às gestantes. Abaixo está demonstrado o número de horas cedidas ao Instituto pelos profissionais.

Tabela 3 – Mensuração das horas trabalhadas em caráter voluntário durante a Semana Social

Tipo de Profissional	Nº de Profissionais	Nº de horas trabalhadas por profissional	Nº Total de horas trabalhadas
Dentista	01	10	10
Assistente Social	02	02	04
Paisagista	10	12	120
Advogado	04	04	16
Fisioterapeuta	10	04	40
Enfermeiro	05	04	20
TOTAL	32	36	210

Fonte: Informações cedidas pela presidente do ISBV.

O ISBL em parceria com a Secretária de Administração Penitenciária e Ressocialização – Núcleo de Vitória da Conquista, recebeu os serviços voluntários de 03 profissionais, sendo: 01 Pintor e 02 para Serviços Gerais. A prestação de serviços era de 04 horas semanais por profissional, durante um período de 03 meses. Totalizando 48 horas trabalhadas por cada profissional.

O Instituto também conta com profissionais que colaboram com trabalho voluntário durante o ano, compreendendo: 01 (uma) auxiliar de cozinha que disponibiliza durante o ano 200h para a instituição; 01 (uma) Advogada, disponibilizando 10 horas/ano; 01 (um) profissional que se desdobra entre as funções de pedreiro, encanador e electricista sendo que para cada atividade ele dedica 20 horas por ano e 01 (um) Dentista que cede ao Instituto 20 horas ano em prestação de serviços voluntários.

Esses atendimentos foram precificados conforme menor preço de mercado estabelecidos por sindicatos de classe, através de convenções coletivas de trabalho.

Com relação ao recolhimento de tributos e contribuições federais a entidade encontra-se isenta de pagamento do Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social, conforme descrito no item 7 das notas explicativas disponibilizadas pelo Instituto, no que diz respeito aos Tributos e contribuições:

(IRPJ) Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro (CSSL)
Em virtude de ser uma Entidade sem fins lucrativos, goza do benefício de isenção do pagamento dos tributos federais incidentes sobre seu déficit (superávit) de acordo com o artigo 174 do Regulamento de Imposto de Renda (RIR) aprovado pelo Decreto nº 3.000 de 26/03/99 e Lei nº 9.532/97

PIS E COFINS

Em virtude de ser uma Entidade sem Fins lucrativos, está sujeita ao pagamento da contribuição para o PIS calculada sobre a folha de salários à alíquota de 1% de acordo a Lei nº 9.532/97. Relativamente à COFINS a isenção se aplica às receitas relativas às atividades próprias das entidades.

Como a entidade não dispõe de funcionários ligados diretamente ao seu quadro e não emitiu nenhuma nota fiscal de venda de mercadorias ou prestação de serviços, em sua Demonstração do Superávit ou Déficit do exercício não contempla nenhuma despesa tributária.

Quanto aos tributos municipais a entidade por estar inscrita no Conselho Municipal de Assistência Social e possuir o Título de Utilidade Pública Municipal está imune do recolhimento de impostos municipais. Ainda de acordo informações cedidas pela sua presidente, o instituto também possui o título de Utilidade Pública Estadual e Federal, o que lhe assegura outros benefícios, isenções e imunidades no âmbito estadual e federal.

A pesquisadora não obteve informações acerca da isenção da cota patronal do INSS, bem como nas demonstrações cedidas não fazem nenhuma observação com relação ao imposto.

4.3 MENSURANDO O RESULTADO ECONÔMICO DO INSTITUTO SOCIAL BELA VISTA

Como já foi observado anteriormente neste estudo, o resultado econômico corresponde à diferença entre a receita econômica e os custos diretos e indiretos incorridos, que por sua vez serão divididos em dois grupos: os valorados a custo histórico; e os valorados a preço corrente de mercado, que para este caso incluem o serviço voluntário e as despesas não desembolsadas recebidas em forma de beneficência.

O instituto Social Bela Vista, no ano de 2014, apresentou a Demonstração do Superávit ou do Déficit, conforme tabela 4, a seguir:

Tabela 4 – Demonstração do Superávit ou do Déficit

	(continua)	
	31 Dez 2014	31 Dez 2013
RECEITAS		
RECEITAS OPERACIONAIS		
Receitas de doações	16.187	13.637
Outras receitas operacionais	943	850
	17.130	14.487

		(conclusão)
DESPESAS ADMINISTRATIVAS		
Despesas com pessoal	-	2.000
Despesas administrativas	12.275	6.312
Despesas financeiras	-	233
Despesas com depreciação	6.483	6.622
Despesas Tributárias	-	-
Despesas sociais	-	-
Total Despesas administrativas	18.758	15.167
TOTAL DE DESPESAS	-	15.167
DÉFICIT/SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO	(1.628)	(680)

Fonte: Demonstrações contábeis cedidas pelo ISBV.

Apesar da entidade em 2014 ter apresentado uma arrecadação superior ao ano de 2013, suas despesas também foram superiores as suas receitas o que ocasionou nos moldes da contabilidade societária um resultado deficitário para o período de R\$ 1.628,00. Ou seja, a arrecadação de recursos obtida no exercício não foi suficiente para arcar com o montante consumido para a prestação de serviços.

4.4 O CÁLCULO DA RECEITA ECONÔMICA

Para efeito de cálculo da receita econômica utilizou-se o conceito de custo de oportunidade, ou seja, a consumidos pela comunidade consumiu os serviços oferecidos pelo ISBV sem ter que desembolsar nenhum valor por eles no mercado.

Com base nas informações cedidas pela presidente e vice-presidente da instituição e de acordo modelo proposto por Slomski, são demonstrados na Tabela 5 os serviços efetivamente prestados pelo ISBV no âmbito dos serviços oferecidos por ela, mensurados a preço corrente do mercado. Para o preço das mensalidades foi considerado o menor preço de mercado de uma instituição de ensino X1, que possui estrutura semelhante ao ISBV, oferecendo os mesmos serviços prestados pela creche. Os preços da hora aula foram considerados com base em acordos firmados nas convenções coletivas, sindicatos de categoria, bem como pesquisa publicada mensalmente através do *site* www.pisosalarial.com.br.

Para efeito desse estudo o cálculo da receita econômica da entidade no ano de 2014 resulta na multiplicação da quantidade de serviços oferecidos pelo menor preço de mercado praticado no exercício de sua oferta.

Tabela 5 – Cálculo da receita econômica do ano de 2014 do Instituto Social Bela Vista

Serviços Prestados Pelo Instituto (Por Atividade)	Nº de Atendimentos	Unidade	Menor valor de mercado em R\$	Total em R\$	
Atividades Creche				R\$	539.022,40
Creche para Crianças de 2 a 3 anos período integral	1.496	mensalidade	R\$ 250,00	R\$	374.000,00
Café da manhã	27.200	refeição	R\$ 2,50	R\$	68.000,00
Lanche intermediário	54.400	refeição	R\$ 0,30	R\$	16.320,00
Lanche da tarde	27.200	refeição	R\$ 2,50	R\$	68.000,00
Material Didático (caderno desenho, lápis preto, borracha)	136	Alunos matriculados	R\$ 3,40	R\$	462,40
Uniforme	136	Alunos matriculados	R\$ 60,00	R\$	8.160,00
Pijamas para período de inverno	136	Alunos matriculados	R\$ 30,00	R\$	4.080,00
Atividades Pré-escola				R\$	375.801,00
Pré escola para crianças de 4 e 5 anos (matutino)	726	mensalidade	R\$ 90,00	R\$	65.340,00
Pré escola para crianças de 4 e 5 anos (Vespertino)	968	mensalidade	R\$ 90,00	R\$	87.120,00
Café da manhã	13.200	refeição	R\$ 2,50	R\$	33.000,00
Lanche leve intermediário	30.800	refeição	R\$ 0,30	R\$	9.240,00
Almoço	13.200	refeição	R\$ 9,00	R\$	118.800,00
Lanche da tarde	17.600	refeição	R\$ 2,50	R\$	44.000,00
Uniforme	154	Alunos matriculados	R\$ 60,00	R\$	9.240,00
Material Didático (Caderno 42 folhas, caderno desenho, lápis preto, borracha)	154	Alunos matriculados	R\$ 4,40	R\$	677,60
Aula de Caratê	72	horas/aula	R\$ 7,20	R\$	518,40
Roupa Balé (saia filó, collant, meia calça, acessório de cabelo e sapatilha)	50	conjuntos	R\$ 115,30	R\$	5.765,00
Roupa Karatê (kimono, calça e faixa)	30	conjuntos	R\$ 70,00	R\$	2.100,00
Projeto Adolescentes em ação				R\$	232.636,80
Atividades de Reforço Escolar, Dança, Artes Manuais, Teatro, Dança Esporte, Culinária	4.800	horas/aula	R\$ 8,49	R\$	40.752,00
Camisetas do projeto	132	alunos	R\$ 14,00	R\$	1.848,00
Material Didático (Caderno 42 folhas, lápis preto e borracha)	132	alunos	R\$ 2,40	R\$	316,80
Almoço	13.200	refeição	R\$ 9,00	R\$	118.800,00
Lanche intermediário	26.400	refeição	R\$ 0,30	R\$	7.920,00
Lanche da tarde	13.200	refeição	R\$ 2,50	R\$	33.000,00
Projeto Abrindo o tabuleiro				R\$	15.000,00
Aula de Culinária Baiana e doces	120	mensalidades	R\$ 125,00	R\$	15.000,00
Total da Receita Econômica do ano de 2014				R\$	1.162.460,20

Fonte: Adaptado de Slomski.

- (1) O cálculo das mensalidades foi feito com base no número de alunos matriculados multiplicado pela quantidade de meses letivos, que para efeito desse estudo foram considerados onze meses (fevereiro a dezembro).
- (2) Para o cálculo do café da manhã e as demais refeições oferecidas no ISBV (lanche intermediário, almoço e lanche da tarde) foram considerados o número de alunos matriculados multiplicado pelo número de refeições

servidas. O resultado obtido, foi multiplicado por 200 dias letivos conforme indicado no Calendário da Rede Municipal de Ensino correspondente ao ano de 2014 para a Creche e Educação Infantil.

(3) O material didático foi mensurado, com base nas informações cedidas pela diretoria do ISBV. Foi levantado no mercado o menor preço para três tipos de kit: Creche (caderno de desenho, lápis preto e borracha); Pré-escola (caderno para escrita com 42 folhas, caderno de desenho, lápis preto e borracha); e Projeto Adolescente em ação (caderno para escrita com 42 folhas, lápis preto e borracha)

(4) A indumentária utilizada pelas alunas de Balé, composta por: saia de filó, *collant*, meia calça, acessório de cabelo e sapatilha foram mensurados de acordo coleta de preços na cidade de vitória da conquista, considerando o menor preço para aquisição do conjunto completo. O mesmo procedimento foi utilizado para as roupas dos alunos que praticam karatê: quimono infantil, Calça, e faixa. A creche disponibiliza 50 roupas de Balé e 30 quimonos.

(5) O projeto Abrindo o Tabuleiro, foi uma atividade realizada em parceria com a União de Mulheres de Vitória da Conquista e beneficiou quarenta adolescentes da comunidade oferecendo aulas de culinária e comida baiana. O projeto aconteceu nas dependências do Instituto e foi mediado por funcionários da instituição, com duração de três meses. Todo material para realização do curso foi cedido pela instituição parceira, porém não foi mensurado para efeito dessa pesquisa.

Não foram mensurados o almoço servido às crianças matriculadas na creche, bem como as aulas de balé e educação musical para as crianças matriculadas na pré-escola. Os valores pesquisados nas instituições particulares de ensino já contemplam esses benefícios.

4.5 O CÁLCULO DO SERVIÇO VOLUNTÁRIO

Os serviços voluntários prestados à entidade mediante parcerias com instituições públicas e privadas, bem como o desejo espontâneo de parceiros que desejam contribuir com as atividades do instituto, envolveram profissionais das mais variadas áreas, como já foi descrito.

A Tabela 6 evidencia o número de voluntários, as horas totais destinadas ao ISBV, mensuradas ao menor valor de mercado para essas atividades.

Tabela 6 – Mensuração do serviço voluntário prestado ao ISBV em 2014

(continua)

Ocupação	Número de Voluntários	Horas Totais	Salário Base+ encargos	Jornada de trabalho (total de horas mensais)	Menor valor de mercado em R\$ (Valor/hora)	Total em R\$
Auxiliar de Cozinha	1	200	1.254,14	220	5,70	1.140,12
Advogada (pleno)	1	10	7.415,14	220	33,71	337,05
Pedreiro	1	20	2.227,14	220	10,12	202,47
Encanador	1	20	1.260,97	220	5,73	114,63
Eletricista	1	20	1.674,43	220	7,61	152,22
Pintor	1	48	2.227,14	220	10,12	485,92
Serviços Gerais	2	96	1.254,14	220	5,70	547,26
Dentista	1	10	4.304,99	100	43,05	430,50
Assistente Social	2	8	4.525,33	180	25,14	201,13
Paisagista	10	120	1.612,17	220	7,33	879,37
Advogado (junior)	4	16	2.904,84	220	13,20	211,26
Fisioterapeuta	10	40	2.827,88	120	23,57	942,63

(conclusão)

Ocupação	Número de Voluntários	Horas Totais	Salário Base+ encargos	Jornada de trabalho (total de horas mensais)	Menor valor de mercado em R\$ (Valor/hora)	Total em R\$
Enfermeiro	5	20	5.416,42	180	30,09	601,82
Dentista	1	20	4.663,74	100	46,64	932,75
Total dos Serviços Voluntários						7.179,13

Fonte: Informações cedidas pela presidente do ISBV.

A instituição economizou o valor de R\$ 7.179,13 (sete mil, cento e setenta e nove reais e treze centavos) por não precisar contratar funcionários remunerados para exercerem o trabalho que foi realizado por intermédio do trabalho voluntário.

4.6 A DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ECONÔMICO DO INSTITUTO SOCIAL BELA VISTA

Utilizando o modelo de mensuração do resultado econômico desenvolvido por Slomski, (2001), apoiado nas informações cedidas pelo ISBV e as demonstrações contábeis geradas pela contabilidade, elaboradas de acordo a norma contábil vigente a Tabela 7 evidencia a Demonstração do Resultado Econômico da entidade.

Tabela 7 – Demonstração do Resultado Econômico do Instituto Social Bela Vista

(continua)

INSTITUTO SOCIAL BELA VISTA

CNPJ: 01.457.475/0001-74

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ECONOMICO

PERÍODO: JANEIRO A DEZEMBRO 2014

Em Reais

RECEITA OPERACIONAL

Receita Econômica (Tabela 5)		1.162.460,20
Atividade Creche	539.022,40	
Atividade Pré Escola	375.801,00	
Projeto Adolescentes em Ação	232.636,80	
Projeto Abrindo o Tabuleiro	15.000,00	

CUSTOS E DESPESAS

Valorados a Custo Histórico		(914.160,66)
Despesas administrativas (Tabela 5)	(12.275,00)	
Despesas com depreciação (Tabela 5)	(6.483,00)	
Despesas com pessoal (PMVC) ⁹	(736.176,51)	
Despesas com material didático (ISBV) ¹⁰	(2.568,00)	
Despesas com merenda escolar (PMVC)	(139.800,00)	

⁹ Refere-se aos dados fornecidos pela Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista

¹⁰ Dado fornecido pelo Instituto Social Bela Vista.

INSTITUTO SOCIAL BELA VISTA**CNPJ: 01.457.475/0001-74****DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ECONOMICO****PERÍODO: JANEIRO A DEZEMBRO 2014****Em Reais**

Despesa com pagamento de alimentos aos agricultores, doados ao Instituto por intermédio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) - Verba Governo Federal (PMVC)	(6.649,08)
Fardamento para os alunos da pré-escola (PMVC)	(7.995,06)
Despesas com Água e Luz (PMVC)	(2.214,01)
Valorados a Preços Correntes do Mercado	(7.179,13)
Serviços Voluntários (Tabela 6)	(7.179,13)
RESULTADO ECONOMICO DO PERÍODO	241.120,41

Fonte: Modelo de Demonstração do Resultado Econômico adaptado de Slomski (2010, p. 115).

Ao analisar a Demonstração do Resultado Econômico constante na Tabela 7, é possível visualizar que o instituto gerou benefícios a comunidade, ou seja, aqueles que se beneficiaram com os serviços oferecidos pelo ISBV deixaram de desembolsar o equivalente a R\$ 1.162.460,20 (um milhão, cento e sessenta e dois mil, quatrocentos e sessenta reais e vinte centavos). Além disso, o ISBV apresentou um resultado superavitário apurado com base em conceitos econômicos correspondente ao valor de R\$ 241.120,41 (duzentos e quarenta e um mil, cento e vinte reais e quarenta e um centavos), ocasionando lucro para sociedade nesse montante. O que corresponde a uma diferença significativa comparada ao resultado apurado pela contabilidade que pode ser visualizado na tabela 8.

Tabela 8 – Conciliação da diferença entre o resultado contábil (déficit) e o resultado econômico do Instituto Social Bela Vista

Receita Operacional		1.162.460,20
Receita Econômica (Tabela 7)	1.162.460,20	
Participação das Pessoas e Entidades + Resultado Financeiro		(919.711,79)
Receita das Atividades Operacionais (Tabela 4)	(17.130,00)	
Despesas não Desembolsadas recebidas através da Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista na forma de doações e subvenções.	(895.402,66)	
Serviços Voluntários (Tabela 6)	(7.179,13)	
Diferença entre os Resultados Contábil e Econômico no Período		242.748,41
Déficit do Exercício (Tabela 4)		(1.628,00)
Resultado Econômico do Período (Tabela 7)		241.120,41

Fonte: Elaboração Própria (2016).

A diferença apurada entre o resultado contábil deficitário de R\$ 1.628,00 (um mil, seiscentos e vinte oito reais), que acarretará no consumo de ativos com a redução do patrimônio social da entidade, e o resultado econômico do período de R\$ 241.120,41 (duzentos e quarenta e um mil, cento e vinte reais e quarenta e um centavos) componente do lucro econômico gerado para a sociedade, foi de R\$ 242.748,41 (duzentos e quarenta e dois mil, setecentos e quarenta e oito reais e quarenta e um centavos). Esse resultado corresponde aos benefícios distribuídos para a comunidade através da prestação dos serviços oferecidos pelo ISBV.

Como demonstrado na Tabela 8 a entidade gerou uma receita econômica em função do fluxo de serviços prestados no valor de R\$ 1.162.460,20 (um milhão, cento e sessenta e dois mil, quatrocentos e sessenta reais e vinte centavos). Porém, esse resultado só foi possível de ser alcançado graças as doações, recebidas da sociedade em geral a ação do voluntariado e das subvenções mantidas pelo poder público, constituindo um montante de R\$ 919.711,79 (novecentos e dezenove mil, setecentos e onze reais e setenta e nove centavos).

De posse dessas informações, destacando-se as apuradas pelo resultado econômico, observa-se que o ISBV foi eficaz no desempenho das suas ações pois, houve o cumprimento das ações planejadas pelo Instituto, gerando benefícios econômicos a sociedade onde os “recursos consumidos no desempenho de suas atividades foram menores do que a receita econômica gerada e distribuídas gratuitamente [...] a comunidade” (SLOMSKI, 2010, p. 116). Outro fator considerado um indicador de eficácia consiste nos resultados auferidos pelo Instituto pois, o que demonstra a sua preocupação no emprego dos recursos públicos com responsabilidade, de modo que os benefícios gerados pela entidade sejam alcançados por um número maior de usuários.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É sabido que a avaliação de desempenho em entidades do Terceiro Setor ainda é algo difícil de ser mensurado, em função da sua complexidade. Por essa razão a Demonstração do Resultado Econômico elaborado a partir do modelo desenvolvido por Valmor Slomski (2001) contribui para a sua evidenciação, constituindo um instrumento de avaliação dos resultados gerados pelas instituições, em especial o caso do ISBV. Mediante a essa inquietação foi levantada a seguinte questão problema para a realização desse estudo: No caso do Instituto Social Bela Vista, em 2014, a Demonstração do Resultado Econômico é capaz de evidenciar a eficácia da aplicação dos recursos aportados por seus doadores?

Com a finalidade de responder a essa pergunta foram levantados quatro objetivos específicos que irão confirmar o objetivo geral elaborado.

O primeiro objetivo específico, consiste em identificar quais informações contábeis poderiam evidenciar a eficácia da entidade: a) Identificar seus objetivos; b) os recursos captados para atender tais objetivos; c) A execução e grau de alcance das metas estabelecidas em cada captação de recursos. Para o seu alcance a pesquisadora solicitou a instituição que disponibilizasse as demonstrações contábeis elaboradas pela contabilidade, dentre os arquivos fornecidos foi selecionada: a Demonstração do Superávit ou Déficit, elegendo-a como fundamental para realização do estudo. Os objetivos do Instituto foram identificados por meio do seu Estatuto Social e Plano de Ação. Através da entrevista realizada com a Presidente do Instituto obtivemos a informação que além das receitas declaradas nas demonstrações contábeis o instituto recebe o apoio da Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista por meio de doações e subvenções, bem como recursos humanos por intermédio do trabalho voluntário realizado na instituição. No Plano de Ação foram identificadas as metas estabelecidas pela instituição para o ano de 2014 que mesmo não alcançando em sua totalidade, a exemplo da oficina de corte e costura planejada para atender a 66 (sessenta e seis) mães de alunos, a entidade alcançou desempenho favorável no desempenho de suas ações como pode ser observado na tabela 6 onde estão elencados a gama de serviços e benefícios oferecidos a comunidade atendida pelo instituto.

Também foram disponibilizados para a realização dessa pesquisa outras demonstrações produzidas pela entidade, entre as quais: O Balanço Patrimonial, Demonstração das Mutações do Patrimônio Social, Demonstração do Fluxo de Caixa e Notas Explicativas referentes ao ano de 2014.

O segundo objetivo consiste em identificar os principais relatórios contábeis existentes em 2014, no Instituto social Bela Vista, no município e período em foco e examina-los no sentido de identificar se eles evidenciam as informações previstas no primeiro objetivo. As Demonstrações Contábeis dessas instituições, elaboradas de acordo os normativos contábeis, de forma isolada, não refletem o real desempenho das entidades. No caso do ISBV o resultado apresentado na Demonstração de Superávit ou Déficit do Exercício, apresenta um resultado deficitário da instituição apoiando-se no confronto entre as receitas e despesas do período. A demonstração não considera o conceito de custo de oportunidade, o serviço voluntário prestado na instituição e o valor das subvenções concedidas pela PMVC.

O terceiro objetivo está em aplicar o método apontado por Valmor Slomski para apuração do resultado econômico em comparação com o estudo visto primeiro objetivo.

A aplicação deste método está evidenciada nas tabelas 5, 6 e 7 onde foi demonstrado a receita econômica produzida pela entidade (tabela 5), a mensuração do trabalho voluntário realizado no instituto (tabela 6) e por fim a apuração do Resultado Econômico gerado pela entidade confrontando a receita aferida na tabela 7 com as despesas realizadas no período, obtidas através de informações coletadas nas demonstrações e informações cedidas pela Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista.

A Demonstração do Resultado Econômico, apoia-se no conceito de custo de oportunidade, o que viabiliza a mensuração dos serviços ofertados pelo instituto tomando como base o menor preço de mercado, caso houvesse desembolso por parte dos beneficiários para obtê-los. Graças a essa metodologia, esse estudo se concentrou no desempenho operacional da instituição atentando-se para os principais detalhes que impulsionam a sua existência, o que possibilitou ao estudo identificar os benefícios gerados por ela.

A partir da averiguação dos objetivos específicos a pesquisadora obteve evidências para a confirmar o objetivo geral proposto pela pesquisa que consistiu em Analisar a demonstração de resultado econômico enquanto instrumento de avaliação da eficácia da atuação do Instituto Social Bela Vista, no município de Vitória da Conquista, em 2014. Acredita-se que essa seja uma ferramenta capaz de auxiliar os gestores e órgãos financiadores na tomada de decisões que implicam no direcionamento dos recursos aplicados nessas instituições. Além de demonstrar a eficácia da instituição ao que tange a gestão dos recursos a ela confiados no desempenho de suas ações, facilita a realização da *accountability* tarefa essa que ainda é um complicador para as instituições do Terceiro Setor, visto a dificuldade em tornar pública a prestação de contas dos recursos recebidos. Outra vantagem que pode ser utilizada pelos gestores com a adoção da Demonstração do Resultado Econômico em caráter gerencial é utiliza-la como *marketing*

positivo para as instituições que administram, evidenciando para a sociedade além dos serviços oferecidos o número de pessoas beneficiadas por eles. O que também permite responder a questão problema levantada na pesquisa.

A hipótese levantada foi confirmada na pesquisa pois a partir da Demonstração do Resultado Econômico, foi possível identificar a eficácia da instituição que além de cumprir com os objetivos a que se propõe com a oferta de serviços à comunidade, proporcionou a população beneficiária um lucro econômico apurado com base nos preços oferecidos no mercado pela oferta dos mesmos serviços disponibilizados no ISBV. Sendo assim, a pesquisa conclui ser um “bom negócio” para a população continuar usufruindo dos serviços oferecidos pelo ISBV, com base nos conceitos de custo de oportunidade, utilizados para elaboração dessa pesquisa, bem como, proporciona aos investidores a avaliação da eficácia, com base nos resultados gerados por intermédio dessa demonstração.

A intervenção das organizações do Terceiro Setor, viabiliza a concessão de um leque variado de serviços à população, em sua maioria carente, contribuindo dessa forma para o cumprimento dos seus direitos garantidos em lei.

A Demonstração do Resultado Econômico constitui um elemento adicional que pode ser usado no momento de pleitear a captação de recursos junto as empresas do setor privado, visto que constitui um ponto positivo para elas terem instituições eficazes ligadas à sua marca, além de atender a uma demanda dos consumidores finais que é a de consumir produtos, cuja a origem provenha de empresas socialmente e ambientalmente responsáveis entre outras vantagens já mencionadas anteriormente.

Sendo assim, o estudo conclui que essa demonstração constitui um valoroso instrumento para avaliação da eficácia das instituições do Terceiro Setor e em especial para efeito desse estudo o resultado gerado pelo Instituto Social Bela Vista.

Por fim, espera-se que esse estudo seja ampliado para outras organizações do Terceiro Setor, contribuindo para sua divulgação e ampliação e que no futuro possa ser adotado como instrumento de avaliação e evidenciação do desempenho dessas entidades, além de constituir um norteador capaz de auxiliar os financiadores e prováveis *Stakeholders* interessados em investir. Como também evidenciar ao público em geral o valor ofertado para eles através das ações da instituição, despertando dessa forma a consciência de valorização e preservação desse bem, que é tão especial a vida daqueles que dele se beneficiam, visto que o produto gerado pelas instituições não é lucro e conseqüente aumento do patrimônio dos sócios. O principal patrimônio dessas instituições constitui as vidas dos indivíduos que são transformadas por intermédio das ações por elas proferidas.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, A. C. C. **Terceiro Setor: história e gestão de organizações**. 2. ed. São Paulo: Summus, 2006.

ALVES, C. V. O.; SOUZA, M. S.; SLOMSKI, V. **A mensuração do Resultado Econômico em Entidades do Terceiro Setor: o caso do Grupo Primavera**. 2005. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/EnANPAD/enanpad_2005/FIC/2005_FICA897.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2016.

ASSIS, M. S.; MELLO, G. R.; SLOMSKI, V. **Transparência nas Entidades do Terceiro Setor: a demonstração do resultado econômico como instrumento de mensuração de desempenho**. Julho de 2000. Disponível em: <<http://www.congressosp.fipeca-fi.org/web/artigos32006/149.pdf>>. Acesso em: 9 fev. 2016.

AZEVEDO, O. R.; SENNE, S. H. L. **Obrigações Fiscais das Sociedades Cooperativas, Entidades Sem Fins Lucrativos (Terceiro Setor) e Condomínios**. 5. ed. São Paulo: IOB SAGE, 2015.

BRASIL. Lei. 10.825, de 22 de dezembro de 2003. Dá nova redação aos arts. 44 e 2.031 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.825.htm>. Acesso em: 15 jan. 2016.

_____. Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm>. Acesso em: 15 jan. 2016.

_____. Lei 13.151, de 28 de julho de 2015. Altera os arts. 62, 66 e 67 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, o art. 12 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, o art. 1º da Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935, e o art. 29 da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, para dispor sobre a finalidade das fundações, o prazo para manifestação do Ministério Público sobre suas alterações estatutárias e a remuneração dos seus dirigentes; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13151.htm>. Acesso em: 9 fev. 2016.

_____. Lei 13.019, de 31 de julho de 2014. Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação; define diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações da sociedade civil; e altera as Leis nºs 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13019.htm>. Acesso em: 9 fev. 2016.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). **Manual de Procedimentos Contábeis e Prestação de Contas de Entidades de Interesse Social**. 2. ed. Brasília: CFC, 2004.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). **ITG 2002 (R1)**. Disponível em: <http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2015/ITG2002%28R1%29>. Acesso em: 12 jan. 2016.

CONVENÇÃO coletiva dos profissionais da área de saúde do Estado da Bahia. Disponível em: <sindhosba.org.br/convencoes/>. Acesso em: 09 fev. 2016

CROZATTI, J. et al. Mensuração do Resultado Econômico e do Custo por Atividade no Terceiro Setor: um estudo de caso em Creche de Atendimento a Filhos de Catadores de Materiais Recicláveis em São Paulo. **Revista Capital Científico**, v. 10, n. 2, jul./dez. 2012. Disponível em: <<http://revistas.unicentro.br/index.php/capitalcientifico/article/view/1625/0>>. Acesso em: 12 jan. 2016.

CRUZ, C. V. O. A. **A Relevância da Informação Contábil para os Investidores Sociais Privados de Entidades do Terceiro Setor**: uma investigação empírica. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, 2010.

DRUCKER, P. F. **Administração de Organizações Sem Fins Lucrativos**: princípios e práticas. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002a.

DRUCKER, P. F. **O melhor de Peter Druker**: a sociedade. São Paulo: Nobel, 2002.

MILLANI FILHO, M. A. F. **Resultado Econômico em Organizações do Terceiro Setor**: um estudo exploratório sobre a Avaliação de Desempenho. 2006. Disponível em: <<http://www.congressosp.fipecafi.org/web/artigos62006/527.pdf>> Acesso em: 7 jan. 2016.

FRANÇA, A. et al. **Manual de Procedimentos para o Terceiro Setor**: aspectos de gestão e de Contabilidade para entidades de interesse social. Brasília: CFC: FBC: Profis, 2015.

FRASES Famosas, Frases de Cora Coralina. Disponível em: <<http://www.frasesfamosas.com.br/frase/cora-coralina-1-mesmo-quando-tudo-parece-desabar-c/>>. Acesso em: 6 set. 2015.

HERZZOG, A. L.; VIEIRA, R. Bilionários com Causa. **Revista Exame**, ano 49, n. 12, n. 1092, p. 34-47, 24 jun. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **As Fundações Privadas e Associações Sem Fins Lucrativos no Brasil**: 2010. Rio de Janeiro: ABONG, GIFE, IPEA, IBGE, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Estatística do Cadastro Central de Empresas**: 2012. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Economia_Cadastro_de_Empresas/2012/cempre2012.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2016.

INSTITUTO SOCIAL BELA VISTA. **Plano de Ação**. Vitória da Conquista, 2014.

INSTITUTO SOCIAL BELA VISTA. **Projeto Político Pedagógico**. Vitória da Conquista, 2014.

IUDÍCIBUS, S. **Teoria da Contabilidade**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

IUDÍCIBUS, S.; MARION, J. C.; PEREIRA, E. **Dicionário de Termos de Contabilidade**: breves definições, conceitos e palavras chaves de Contabilidade e áreas correlatas. Inclui diversos termos em Inglês relacionados à Contabilidade. São Paulo: Atlas, 1999.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GUIMARÃES, M. M. et al. Análise Do Resultado Econômico em escolas municipais no Semiárido Baiano. **Revista de Auditoria e Governança e Contabilidade (RAGC)**, v. 4, n. 12, p. 31-43, 2016. Disponível em: <<http://www.fucamp.edu.br/editora/index.php-ragc/article/view/701/509>>. Acesso em: 19 jan. 2016.

MANUAL das Instituições Benéficas. São Paulo: IEGS, SINIBREF, FENATIBREF, PAULUS, 2015.

MACHADO, M. R. B. **Entidades Benéficas de Assistência Social**: Contabilidade, obrigações acessórias e principais. Curitiba: Juruá, 2014.

MARTINS, G. A. **Estudo de Caso**: uma estratégia de pesquisa. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

OLANDA, A. B. **Mini Aurélio**: o dicionário da Língua Portuguesa. 8. ed. Curitiba: Positivo, 2010.

OLAK, P. A.; NASCIMENTO, D. T. **Contabilidade para Entidades sem Fins Lucrativos (Terceiro Setor)**: inclui capítulos sobre Contabilidade por Fundos. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

OLAK, P. A.; NASCIMENTO, D. T. **Mensuração e Reconhecimento do Resultado Econômico nas Entidades Sem Fins Lucrativos**. 2000. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/EnANPAD/enanpad_2000/CCG/2000_CCG952.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2016.

OLIVEIRA, A.; ROMÃO, V. **Manual do Terceiro Setor e Instituições Religiosas**: Trabalhista, Previdenciária, Contábil e Fiscal. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

PATZLAFF, R. et al. Aspectos Legais e Contábeis do Terceiro Setor: o Controle Principiológico em Fundações de Direito Privado. **Revista Nau Social**, v. 6. n. 10. p. 73-88, maio/out. 2015.

PISO Salarial do Dentista. Disponível em: <http://www.soeba.com.br/salario_do_dentista2014.htm>. Acesso em: 9 fev. 2016,

PISO Salarial. Disponível em: <<http://www.pisosalarial.com.br/geral/tabela-salarial-geral-novembro-2014/>>. Acesso em: 6 mar. 2016.

RIBEIRO, V. R. D. et al. **Manual de Normalização para Relatórios de Estágio Supervisionado e Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) para o Curso de Ciências Contábeis**. Vitória da Conquista: [s.n.], 2013.

RODRIGUES, A. O. et al. **Contabilidade do 3º Setor: Organizações Não Governamentais (ONG), Entidades Benéficas, Entidades Sem Fins Lucrativos, Escrituração Contábil Fiscal (ECF), Escrituração Contábil Digital (ECD)**. 4. ed. São Paulo: IOB SAGE, 2015.

SAKAMOTO, C. K.; SILVEIRA, I. O. **Como Fazer Projetos de Iniciação Científica**. São Paulo: Paulus, 2014.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SILVA, A. C. R. **Metodologia da Pesquisa Científica Aplicada a Contabilidade: Orientações de Estudo, Projetos, Artigos, Relatórios, Monografias, Dissertações, Teses**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

SLOMSKI, V. et al. **Contabilidade do Terceiro Setor: uma abordagem operacional aplicáveis às Associações, Fundações, Partidos Políticos e Organizações Religiosas**. São Paulo: Atlas, 2012.

SLOMSKI, V. **Controladoria e Governança na Gestão Pública**. São Paulo: Atlas, 2009.

SLOMSKI, V. **Manual de Contabilidade Pública: um enfoque na Contabilidade Municipal, de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

SLOMSKI, V. **Mensuração do Resultado Econômico nas Entidades Públicas: uma proposta**. Chapecó: Argos, 2001.

TABELA completa com todos os cargos e salários. Mês de Referência: Maio/2014. Disponível em: <<http://www.pisosalarial.com.br/geral/tabela-de-salarios-geral-de-maio-de-2014/>>. Acesso em: 9 fev. 2016.

VALOR do salário mínimo em 2012. Disponível em: <http://www.guiatrabalhista.com.br/guia/salario_minimo.htm> . Acesso em: 09 fev. 2016.

VOLUME de recursos transferidos para Entidades do Terceiro Setor pela União. Disponível em: <<http://www.portaltransparencia.gov.br/PortalTransparenciaPesquisaFavorecido.asp?hidIdTipoFavorecido=2&hidNumCodigoTipoNaturezaJuridica=3&Exercicio=2015>>. Acesso em: 30 mar. 2016.

APÊNDICES

APÊNDICE A – ROTEIRO PARA REALIZAÇÃO DA ENTREVISTA COM A PRESIDENTE DO ISBV

Roteiro para realização da entrevista com a diretora do Instituto Social Bela Vista para efeito de apuração do seu resultado econômico.

Ano base do estudo: **2014**

1 – O instituto contou com mão de obra voluntária durante o ano de 2014? Se sim, quantas pessoas? Que tipo de serviço prestou ao instituto? Com que periodicidade (nº de horas por semana/mês)?

2 – Quantos funcionários trabalham no Instituto e quais as suas respectivas lotações?

Serviços Prestados

3 – Quais os serviços que o instituto ofereceu a comunidade? (creche, pré escola, balé, caratê, etc) durante o ano de 2014

4 – Qual o número de crianças matriculadas por classe e turno durante o ano de 2014? Quais são os benefícios oferecidos a elas? (alimentação, fardamento, etc)

Obs: Caso a criança participe de aulas extras, como balé e caratê por exemplo, informar o número de crianças atendidas durante o ano?

5 – O instituto desenvolveu algum projeto ou programa auxiliar, além das suas atividades educacionais? Se afirmativo, qual (ais) projeto(s)? Qual (ais) objetivo(s)? Qual (ais) público alvo? Qual (ais) o(s) numero(s) de pessoa(s) atendida(s)? Qual a duração? Quais os benefícios fornecidos para os beneficiários?

Obs: os dados devem ser informados por projeto ou programa.

6 – Os beneficiários pagaram alguma quantia para ter acesso aos serviços oferecidos pelo instituto?

ANEXOS

ANEXO A – DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS POR CLASSE E PROJETO – PRÉ-ESCOLA

Plamilha 1

PRÉ-ESCOLA**Turma 4 anos A e C**

Nome	Função	Turno	N. alunos
Maria das Graças Santos	Professora	Matutino	22
Maria das Graças Santos	Professora	Vespertino	22

Turma 4 anos B e D

Nome	Função	Turno	N. alunos
Elenice	Professora	Matutino	22
Dalvina	Professora	Vespertino	22

Alimentação para as crianças matriculadas na pré escola (matutino)

Café da manhã ao chegar

Lanche Leve intermediário (uma fruta ou suco)

Almoço

Alimentação para as crianças matriculadas na pré escola (vespertino)

Lanche Leve intermediário (uma fruta ou suco)

Lanche normal às 15h

Turma 5 anos A, B e C

Nome	Função	Turno	N. alunos
Iana	Professora	Matutino	22
Iana	Professora	Vespertino	22
Edna	Professora	Vespertino	22

PROJETO

Adolescentes em Ação (vinculado ao programa "Mais Educação")

Função	quant.	C.H	Turno	N. alunos
Monitora	3	40h/semanais	Matutino	66
			Vespertino	66

Monitoras: Jaqueline, Edileia, Zélia

Página 2

Planilha1

Atividades Complementares

Ballet (para crianças em idade pré escolar)

Profissional	Meses	Público beneficiário	Observação
Professora	9	154	O mês de Junho Não foi contabilizado, por apresentar somente 09 dias letivos. Frequência das aulas: 05 vezes por semana durante 01h.

Música (percussão) – para crianças em idade pré escolar

Profissional	Meses	Público beneficiário	Observação
Professora	9	154	O mês de Junho Não foi contabilizado, por apresentar somente 09 dias letivos. Frequência das aulas: 04 vezes por semana durante 01h.

Karatê

Profissional	Horas	Público beneficiário	Observação
Instrutor	72	154	O mês de Junho Não foi contabilizado, por apresentar somente 09 dias letivos. Frequência das aulas: 01 vez por Mes durante 08h. O instrutor é disponibilizado pelo programa Escola Mais.

ANEXO B – DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS POR CLASSE E PROJETO – CRECHE

Planilha1

TURMAS INSTITUTO SOCIAL BELA VISTA
ANO: 2014
CRECHE

Turma 2anos A

Nome	Função	Turno	N. alunos
Jaqueline	Monitora	Integral	26
Jamile	Monitora		
Elane	Monitora		

Turma 3anos A

Nome	Função	Turno	N. alunos
Emilene	Monitora	Integral	28
Margarete	Monitora		

Turma 3anos C

Nome	Função	Turno	N. alunos
Leila	Monitora	Integral	28
Vera Lucia	Monitora		

Alimentação para as crianças matriculadas na creche

Café da manhã ao chegar
Lanche Leve intermediário (uma fruta ou suco)
Almoço
Lanche Leve intermediário (uma fruta ou suco)
Lanche final

As crianças matriculadas na creche, recebem fardamento para uso/dia
Obs.: o fardamento é para uso na creche, a criança não leva para casa.

Turma 2anos B

Nome	Função	Turno	N. alunos
Maria Vitória	Monitora	Integral	26
Irlândia	Monitora		

Turma 3anos B

Nome	Função	Turno	N. alunos
Marineide	Monitora	Integral	28
Maria Aparecida	Monitora		

Página 1

ANEXO C – RELAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS DO ISBV CEDIDOS PELA PMVC

MATRICULA	NOME	R\$ total bruto	R\$ total base O.P.	R\$ Total O.P.(22%)
21662	FUNCIONARIO X1	R\$ 18.606,57	R\$ 17.554,50	R\$ 3.861,99
31610	FUNCIONARIO X2	R\$ 13.789,16	R\$ 12.908,30	R\$ 2.839,83
34243	FUNCIONARIO X3	R\$ 74.427,19	R\$ 59.577,08	R\$ 13.106,96
36182	FUNCIONARIO X4	R\$ 30.481,03	R\$ 28.237,86	R\$ 6.212,33
47260	FUNCIONARIO X5	R\$ 13.820,72	R\$ 12.862,94	R\$ 2.829,85
108503	FUNCIONARIO X6	R\$ 10.246,34	R\$ 9.675,57	R\$ 2.128,63
134223	FUNCIONARIO X7	R\$ 16.475,55	R\$ 15.613,91	R\$ 3.435,06
150089	FUNCIONARIO X8	R\$ 11.240,30	R\$ 10.531,90	R\$ 2.317,02
153988	FUNCIONARIO X9	R\$ 14.932,20	R\$ 14.092,57	R\$ 3.100,37
157301	FUNCIONARIO X10	R\$ 25.469,90	R\$ 23.974,86	R\$ 5.274,47
159258	FUNCIONARIO X11	R\$ 20.171,27	R\$ 18.544,63	R\$ 4.079,82
167070	FUNCIONARIO X12	R\$ 32.874,45	R\$ 30.039,19	R\$ 6.608,62
173577	FUNCIONARIO X13	R\$ 10.036,74	R\$ 9.675,57	R\$ 2.128,63
178034	FUNCIONARIO X14	R\$ 16.621,54	R\$ 15.681,46	R\$ 3.449,92
187831	FUNCIONARIO X15	R\$ 14.993,20	R\$ 14.092,57	R\$ 3.100,37
189800	FUNCIONARIO X16	R\$ 16.551,54	R\$ 15.681,46	R\$ 3.449,92
206909	FUNCIONARIO X17	R\$ 16.551,54	R\$ 15.681,46	R\$ 3.449,92
208044	FUNCIONARIO X18	R\$ 10.324,94	R\$ 9.675,57	R\$ 2.128,63
216829	FUNCIONARIO X19	R\$ 16.508,16	R\$ 12.345,91	R\$ 2.716,10
221474	FUNCIONARIO X20	R\$ 36.172,27	R\$ 34.938,94	R\$ 7.686,57
226565	FUNCIONARIO X21	R\$ 10.613,14	R\$ 9.675,57	R\$ 2.128,63
226573	FUNCIONARIO X22	R\$ 11.397,50	R\$ 10.531,90	R\$ 2.317,02
226581	FUNCIONARIO X23	R\$ 10.613,14	R\$ 9.675,57	R\$ 2.128,63
226594	FUNCIONARIO X24	R\$ 11.269,29	R\$ 10.531,91	R\$ 2.317,02
227588	FUNCIONARIO X25	R\$ 11.240,30	R\$ 10.531,90	R\$ 2.317,02
230830	FUNCIONARIO X26	R\$ 17.524,48	R\$ 16.944,52	R\$ 3.727,79
232069	FUNCIONARIO X27	R\$ 10.036,74	R\$ 9.675,57	R\$ 2.128,63
233120	FUNCIONARIO X28	R\$ 10.036,74	R\$ 9.675,57	R\$ 2.128,63
240840	FUNCIONARIO X29	R\$ 11.269,83	R\$ 10.781,08	R\$ 2.371,84
240861	FUNCIONARIO X30	R\$ 10.901,90	R\$ 10.548,82	R\$ 2.320,74
240927	FUNCIONARIO X31	R\$ 9.414,29	R\$ 9.414,29	R\$ 2.071,14
240934	FUNCIONARIO X32	R\$ 10.386,15	R\$ 10.316,15	R\$ 2.269,55

241134	FUNCIONARIO X33	R\$	7.142,02	R\$	7.142,02	R\$	1.571,24
241229	FUNCIONARIO X34	R\$	7.504,43	R\$	7.504,43	R\$	1.650,97
241267	FUNCIONARIO X35	R\$	6.941,60	R\$	6.941,60	R\$	1.527,15
241330	FUNCIONARIO X36	R\$	5.727,54	R\$	5.727,54	R\$	1.260,06
241333	FUNCIONARIO X37	R\$	5.370,74	R\$	5.370,74	R\$	1.181,56
241334	FUNCIONARIO X38	R\$	5.107,84	R\$	5.107,84	R\$	1.123,72
241415	FUNCIONARIO X39	R\$	4.394,24	R\$	4.394,24	R\$	966,73
241419	FUNCIONARIO X40	R\$	5.419,86	R\$	5.419,86	R\$	1.192,37
241420	FUNCIONARIO X41	R\$	5.128,02	R\$	5.128,02	R\$	1.128,16
241490	FUNCIONARIO X42	R\$	3.859,45	R\$	3.859,45	R\$	849,08

ANEXO D – DIAS LETIVOS – CRECHE E EDUCAÇÃO INFANTIL



Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista
 Secretaria Municipal de Educação
Calendário da Rede Municipal de Ensino - 2014
CRECHE E EDUCAÇÃO INFANTIL

Janeiro

D	S	T	Q	Q	S	S
			1	2	3	4
5	6	7	8	9	10	11
12	13	14	15	16	17	18
19	20	21	22	23	24	25
26	27	28	29	30	31	

Fevereiro

D	S	T	Q	Q	S	S
						1
2	3	4	5	6	7	8
9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22
23	24	25	26	27	28	

Março

D	S	T	Q	Q	S	S
						1
2	3	4	5	6	7	8
9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22
23	24	25	26	27	28	29
30	31					

Abril

D	S	T	Q	Q	S	S
			1	2	3	4
5	6	7	8	9	10	11
12	13	14	15	16	17	18
19	20	21	22	23	24	25
26	27	28	29	30		

Maiο

D	S	T	Q	Q	S	S
				1	2	3
4	5	6	7	8	9	10
11	12	13	14	15	16	17
18	19	20	21	22	23	24
25	26	27	28	29	30	31

Junho

D	S	T	Q	Q	S	S
1	2	3	4	5	6	7
8	9	10	11	12	13	14
15	16	17	18	19	20	21
22	23	24	25	26	27	28
29	30					

Julho

D	S	T	Q	Q	S	S
			1	2	3	4
5	6	7	8	9	10	11
12	13	14	15	16	17	18
19	20	21	22	23	24	25
26	27	28	29	30	31	

Agosto

D	S	T	Q	Q	S	S
					1	2
3	4	5	6	7	8	9
10	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23
24	25	26	27	28	29	30
31						

Setembro

D	S	T	Q	Q	S	S
			1	2	3	4
5	6	7	8	9	10	11
12	13	14	15	16	17	18
19	20	21	22	23	24	25
26	27	28	29	30		

Outubro

D	S	T	Q	Q	S	S
			1	2	3	4
5	6	7	8	9	10	11
12	13	14	15	16	17	18
19	20	21	22	23	24	25
26	27	28	29	30	31	

Novembro

D	S	T	Q	Q	S	S
						1
2	3	4	5	6	7	8
9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22
23	24	25	26	27	28	29
30						

Dezembro

D	S	T	Q	Q	S	S
			1	2	3	4
5	6	7	8	9	10	11
12	13	14	15	16	17	18
19	20	21	22	23	24	25
26	27	28	29	30	31	

LEGENDA

- Jornada Pedagógica
- Início das Atividades Letivas 1º Semestre e 2º Semestre
- Feriados: Nacionais e Municipais
- Recesso - Férias
- Dias não letivos
- Preenchimento de Cadernetas
- Entrega de Resultados Término do ano Letivo
- Sábados Letivos
- Entrega de Resultados
- Entrega de Documentos na SMED

ANEXO E – ALIMENTOS DOADOS PARA O ISBV ATRAVÉS DO PAA

26/6/2014

Programa de Aquisição de Alimentos - PAA



PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome

TERMO DE DOAÇÃO Nº: 06/2014.000076877

Data de Emissão: 26/06/2014

UNIDADE EXECUTORA: SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Nº TERMO ADESÃO: 0374/2012

Nº PROPOSTA: 000.000.500.29/2013

Entidade: CRECHE BELA VISTA

CNPJ: 01.457.475/0001-74 Identificação: Creche

UF: BA

Município: VITÓRIA DA CONQUISTA

Relação dos Produtos Doados

Produto/Tipo	Unidade	Preço Unitário R\$	Quantidade Entregue	Data da Doação	
ABACATE QUINTAL/Convencional	Kg	1,20	120,00	15/04/2014	144,00
CHERO VERDE (Classificação sem características)/Convencional	Kg	3,80	16,00	15/04/2014	60,80
BOLO CASERO/Convencional	Kg	6,00	15,00	15/04/2014	90,00
BISCOITO DE GOMA/Convencional	Kg	7,00	20,00	15/04/2014	140,00
BRÓCOLIS AMERICANA/Convencional	Kg	1,66	27,00	15/04/2014	44,82
FEIJÃO GUANDU/Convencional	Kg	6,00	150,00	15/04/2014	900,00
FARINHA DE MANIOCA BRANCO (A)/Convencional	Kg	3,38	50,00	15/04/2014	169,50
REPOLHO BRANCO (A)/Convencional	Kg	0,77	50,00	15/04/2014	38,50
POLVILHO DOCE/Convencional	Kg	3,40	15,00	15/04/2014	51,00
MAIXE (Classificação sem características)/Convencional	Kg	1,30	18,00	15/04/2014	23,40
MELANCIA (Classificação sem características)/Convencional	Kg	0,50	150,00	15/04/2014	75,00
MEL DE ABELHA (Classificação sem características)/Convencional	Kg	14,82	5,00	15/04/2014	74,10
TANCERINA PONKAN/Convencional	Kg	0,98	200,00	15/04/2014	196,00
BETERRABA (Classificação sem características)/Convencional	Kg	1,19	17,00	15/04/2014	20,23
PIMENTÃO A VÁCUO/Convencional	Kg	1,94	35,00	15/04/2014	67,90
Total			898,00		2.155,25

Atesto o recebimento dos produtos e suas respectivas quantidades descritas no Termo de Doação 06/2014.000076877, cuja quantidade atende às exigências da entidade **CRECHE BELA VISTA**.

Luiz da Conceição Barros do Santo
 * Assinatura do Representante da Entidade Beneficiada

Atesto a doação dos produtos e suas respectivas quantidades descritas no Termo de Doação 06/2014.000076877, cuja quantidade atende às exigências da entidade **CRECHE BELA VISTA**.

Luiz Tasso Soares Silva
 * Assinatura do Técnico Responsável

* Obrigatório Assinatura do Nome completo (sem Rubricas)

* Reclamação, sugestão ou dúvida ligue (77) - 34226100



PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome

TERMO DE DOAÇÃO Nº: 06/2014.000076876

Data de Emissão: 26/06/2014

UNIDADE EXECUTORA: SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Nº TERMO ADESAO: 0374/2012

Nº PROPOSTA: 000.000.500.29/2013

Entidade: CRECHE BELA VISTA

CNPJ: 01.457.475/0001-74 Identificação: Creche

UF:BA

Município: VITÓRIA DA CONQUISTA

Relação dos Produtos Doados

Produto/Tipo	Unidade	Preço Unitário R\$	Quantidade Entregue	Data da Doação	
ABACATE QUINTAL/Convencional	Kg	1,20	80,00	01/04/2014	96,00
CHEIRO VERDE(Classificação sem características)/Convencional	Kg	3,80	26,00	01/04/2014	98,80
BOLO CASERO/Convencional	Kg	6,00	23,00	01/04/2014	138,00
BISCOITO DE GOMA/Convencional	Kg	7,00	15,00	01/04/2014	105,00
BRÓCOLIS AMERICANA/Convencional	Kg	1,66	23,00	01/04/2014	38,18
TOMATE DE PRIMEIRA/Convencional	Kg	1,40	85,00	01/04/2014	119,00
FARINHA DE MANDIOCA BRANCO (A)/Convencional	Kg	3,38	50,00	01/04/2014	169,50
FEIJÃO CAUPI/Convencional	Kg	2,09	120,00	01/04/2014	250,80
POLVILHO DOCE/Convencional	Kg	3,40	46,00	01/04/2014	156,40
MAXIÉ(Classificação sem características)/Convencional	Kg	1,30	12,00	01/04/2014	15,60
MEL DE ABELHA(Classificação sem características)/Convencional	Kg	14,82	25,00	01/04/2014	370,50
BETERRABA(Classificação sem características)/Convencional	Kg	1,19	18,00	01/04/2014	21,42
PIMENTÃO A VÁCUO/Convencional	Kg	1,94	45,00	01/04/2014	87,30
	Total		568,00		1666,50

Atesto o recebimento dos produtos e suas respectivas quantidades descritas no Termo de Doação 06/2014.000076876, cuja quantidade atende às exigências da entidade **CRECHE BELA VISTA**.

Janina da Conceição Barros da Silva
* Assinatura do Representante da Entidade Beneficiada

Atesto a doação dos produtos e suas respectivas quantidades descritas no Termo de Doação 06/2014.000076876, cuja quantidade atende às exigências da entidade **CRECHE BELA VISTA**.

Antonio Souza Santos
* Assinatura do Técnico Responsável

* Obrigatório Assinatura do Nome completo (sem Rubricas)

* Reclamação, sugestão ou dúvida ligue (77) - 34226100

26/6/2014

Programa de Aquisição de Alimentos - PAA



PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

TERMO DE DOAÇÃO Nº: 06/2014.000076875

Data de Emissão: 26/06/2014

UNIDADE EXECUTORA: SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Nº TERMO ADESÃO: 0374/2012

Nº PROPOSTA: 000.000.500.29/2013

Entidade: CRECHE BELA VISTA

CNPJ: 01.457.475/0001-74 Identificação: Creche

UF: BA

Município: VITÓRIA DA CONQUISTA

Relação dos Produtos Doados

Produto/Tipo	Unidade	Preço Unitário R\$	Quantidade Entregue	Data da Doação	
CENOURA EXTRA A/Convencional	Kg	0,99	17,00	18/03/2014	16,83
ABACATE QUINTAL/Convencional	Kg	1,20	120,00	18/03/2014	144,00
CHEIRO VERDE(Classificação sem características)/Convencional	Kg	3,80	5,00	18/03/2014	19,00
BISCOITO DE GOMA/Convencional	Kg	7,30	15,00	18/03/2014	109,50
POLPA DE MARACUJÁ(Classificação sem características)/Convencional	Kg	3,80	50,00	18/03/2014	190,00
MEL DE ABELHA(Classificação sem características)/Convencional	Kg	14,82	20,00	18/03/2014	296,40
Total			227,00		771,23

Atesto o recebimento dos produtos e suas respectivas quantidades descritas no Termo de Doação 06/2014.000076875, cuja quantidade atende às exigências da entidade **CRECHE BELA VISTA**.

Marina da Conceição Barros dos Santos
* Assinatura do Representante da Entidade Beneficiada

Atesto a doação dos produtos e suas respectivas quantidades descritas no Termo de Doação 06/2014.000076875, cuja quantidade atende às exigências da entidade **CRECHE BELA VISTA**.

Carla Maria S. L.
* Assinatura do Técnico Responsável

* Obrigatório Assinatura do Nome completo (sem Rubricas)

* Reclamação, sugestão ou dúvida ligue (77) - 34226100

26/06/2014

Programa de Aquisição de Alimentos - PAA



PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome

TERMO DE DOAÇÃO Nº: 06/2014.000076881

Data de Emissão: 26/06/2014

UNIDADE EXECUTORA: SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Nº TERMO ADESÃO: 0374/2012

Nº PROPOSTA: 000.000.500.29/2013

Entidade: CRECHE BELA VISTA

CNPJ: 01.457.475/0001-74 Identificação: Creche

UF: BA

Município: VITÓRIA DA CONQUISTA

Relação dos Produtos Doados

Produto/Tipo	Unidade	Preço Unitário R\$	Quantidade Entregue	Data da Doação	
ABACATE QUINTAL/Convencional	Kg	1,20	70,00	16/05/2014	84,00
FELJÃO GUANDU/Convencional	Kg	6,00	70,00	16/05/2014	420,00
POLVILHO DOCE/Convencional	Kg	3,40	70,00	16/05/2014	238,00
MEL DE ABELHA (Classificação sem características)/Convencional	Kg	14,82	35,00	16/05/2014	518,70
TANGERINA PONKAN/Convencional	Kg	0,98	85,00	16/05/2014	83,30
Total			330,00		1.344,00

Atesto o recebimento dos produtos e suas respectivas quantidades descritas no Termo de Doação 06/2014.000076881, cuja quantidade atende às exigências da entidade **CRECHE BELA VISTA**.

Maria da Conceição Sousa dos Santos
Assinatura do Representante da Entidade Beneficiada

Atesto a doação dos produtos e suas respectivas quantidades descritas no Termo de Doação 06/2014.000076881, cuja quantidade atende às exigências da entidade **CRECHE BELA VISTA**.

Christina Sousa Saik
Assinatura do Técnico Responsável

* Obrigatório Assinatura do Nome completo (sem Rubricas)

* Reclamação, sugestão ou dúvida ligue (77) - 34226100

Data de emissão: 20/05/2014

UNIDADE EXECUTORA: SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Nº TERMO ADESÃO: 0374/2012

Nº PROPOSTA: 000.000.500.29/2013

Entidade: CRECHE BELA VISTA

CNPJ: 01.457.475/0601-74 Identificação: Creche

UF: BA

Município: VITÓRIA DA CONQUISTA

Relação dos Produtos Doados

Produto/Tipo	Unidade	Preço Unitário R\$	Quantidade Entregue	Data da Doação	
ABACATE QUINTAL/Convencional	Kg	1,20	110,00	06/05/2014	132,00
BOLO CASEIRO/Convencional	Kg	6,00	9,00	06/05/2014	54,00
BISCOITO DE GOMA/Convencional	Kg	7,00	10,00	06/05/2014	70,00
TOMATE DE PRIMEIRA/Convencional	Kg	1,40	85,00	06/05/2014	119,00
REPOLHO BRANCO (A)/Convencional	Kg	0,77	30,00	06/05/2014	23,10
MEL ANCIA (Classificação sem características)/Convencional	Kg	0,50	56,00	06/05/2014	28,00
MEL DE ABELHA (Classificação sem características)/Convencional	Kg	14,82	15,00	06/05/2014	222,30
TANGERINA PONKAN/Convencional	Kg	0,98	65,00	06/05/2014	63,70
Total			380,00		712,10

Atesto o recebimento dos produtos e suas respectivas quantidades descritas no Termo de Doação 06/2014.000076879, cuja quantidade atende às exigências da entidade **CRECHE BELA VISTA**.

Maria da Conceição Barros da Silva
* Assinatura do Representante da Entidade Beneficiada

Atesto a doação dos produtos e suas respectivas quantidades descritas no Termo de Doação 06/2014.000076879, cuja quantidade atende às exigências da entidade **CRECHE BELA VISTA**.

Antonio Serrão Sobrinho
* Assinatura do Técnico Responsável

* Obrigatório Assinatura do Nome completo (sem Rubricas)

* Reclamação, sugestão ou dúvida ligue (77) - 34226100

ANEXO F – E-MAIL DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SOBRE UNIFORMES

Imprimir

<https://br-mg4.mail.yahoo.com/neo/launch?.rand...>

Assunto: Sobre o Instituto Bela Vista

De: Secretaria Municipal de Educacao (smed@pmvc.ba.gov.br)

Para: graziela_mota@yahoo.com.br;

Data: Quinta-feira, 3 de Março de 2016 15:22

Boa tarde Graziela,

Sobre informações solicitadas de fardamento para a Creche Municipal Bela Vista.

250 agasalhos manga comprida
250 calças
250 camisa manga longa
250 camisa manga curta

Total: 7.995,06

--
Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista
Secretaria Municipal de Educação

ANEXO G – VOLUME DE CONTAS DE ÁGUA E LUZ PAGAS PELA PMVC



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA
Secretaria de Administração
Gerência de Comunicação e Zeladoria – 3424 8502
Controle de Contas – 3424 8525
www.pmvc.ba.gov.br

OF. Nº 001/2016 – GCZ/CC

12 de fevereiro 2015.

At: Srª. Graziela Mota dos Santos


Assunto: Informação de Dados

Senhora,

Conforme solicitado, segue a relação dos valores pagos pela Prefeitura com consumo de água e energia elétrica no ano de 2014 do Instituto Social Bela Vista (Creche Bela Vista).

Água	Mês/ Ano	Valor R\$	Energia Elétrica	Mês/ Ano	Valor R\$
044100418	01/2014	1.723,90	0232006463	01/2014	166,59
//	02/2014	165,83	//	02/2014	139,90
//	03/2014	636,40	//	03/2014	192,47
//	04/2014	1.393,42	//	04/2014	216,44
//	05/2014	1.646,07	//	05/2014	206,64
//	06/2014	1.627,79	//	06/2014	295,06
//	07/2014	2.075,52	//	07/2014	133,68
//	08/2014	109,08	//	08/2014	160,69
//	09/2014	1.600,81	//	09/2014	195,53
//	10/2014	1.826,31	//	10/2014	188,72
//	11/2015	1.892,91	//	11/2015	158,91
//	12/2014	1.318,93	//	12/2014	159,38
TOTAL	-	16.016,97	-	-	2.214,01

Atenciosamente,


 Jeane G. Alves de Oliveira
 Gerente de Com. e Zeladoria

Pç. Joaquim Correia, 55 – Centro
Fone: (77) 3424-8504 / 3424-8505
CEP 45000-907 - Vitória da Conquista – Bahia
www.pmvc.ba.gov.br



ANEXO H – GASTOS COM MERENDA ESCOLAR**PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA**

Secretaria Municipal de Educação

Coordenação Municipal de Alimentação Escolar

www.pmvc.ba.gov.br

Ofício nº 001/2016

À

Sr^a. Graziela Mota dos Santos

Estudante do X Semestre do curso de Ciências Contábeis da UESB

Prezada Senhora,

Em resposta ao ofício de 17 de fevereiro do presente ano, informamos que o valor destinado para a Creche Bela Vista durante o ano de 2014, através de recursos provenientes do governo federal e do município foi de aproximadamente R\$ 93.200,00 (noventa e três mil e duzentos reais) só em produtos alimentícios. Somados a R\$ 46.600,00 (quarenta e seis mil e seiscentos reais) de gastos com transportes, pessoal de apoio (carga e descarga) e gás de cozinha, que perfazem um total de R\$ 139.800,00 (cento e trinta e nove mil e oitocentos reais).

Vitória da Conquista, 23 de fevereiro de 2016.

Atenciosamente,

Josenilton Oliveira Pacheco
Coordenador Municipal da Alimentação Escolar
Mat. 04-12094-9

Rua "A", 66, Quincas Brito II, Qd. "B", Lt. 9&10 – B. Falcia
Fone: (77) 3421-5592
CEP: 45023-065
Portal: www.sites.google.com/site/alimentacaoescolarvcinterno2/
alimentacaoescolarvc@gmail.com

SECRETARIA MUNICIPAL DE
EDUCAÇÃO

ANEXO I – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Demonstrações contábeis 2014

28

INSTITUTO SOCIAL BELA VISTA - ISBV
BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO
 (Em Reais, excluídos os centavos)

	Notas	31 Dez 2014	31 Dez 2013
ATIVO			
CIRCULANTE			
DISPONÍVEL			
Caixa		1.035	260
Bancos conta movimento		7.099	2.961
Aplicações financeiras		-	-
		<u>8.134</u>	<u>3.221</u>
Total do Circulante		<u>8.134</u>	<u>3.221</u>
INVESTIMENTOS			
IMOBILIZADO			
Bens de uso		323.073	323.073
(-) Depreciação acumulada		<u>(71.804)</u>	<u>(65.321)</u>
		<u>251.269</u>	<u>257.752</u>
Total Não Circulante		<u>251.269</u>	<u>257.752</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>259.403</u>	<u>260.973</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

	31 Dez 2014	31 Dez 2013
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
CIRCULANTE		
Obrigações de financiamentos e repasse	-	-
Salários e obrigações sociais	-	-
Obrigações fiscais e tributárias	-	943
Provisões trabalhistas	-	-
Projetos	<u>3.016</u>	<u>2.016</u>
	<u>3.016</u>	<u>2.959</u>
Total do Circulante	<u>3.016</u>	<u>2.959</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
PATRIMÔNIO SOCIAL		
Doações e subvenções	256.162	256.162
Superávits ou déficits acumulados	224	1.852
Ajuste de exercícios anteriores	-	-
Superávit ou déficit do exercício	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>256.386</u>	<u>258.014</u>
Total Não Circulante	<u>256.386</u>	<u>258.014</u>
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	<u>259.403</u>	<u>260.973</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis


 Dagmar Simões de Brito
 Presidente



 Ana Renata Barros Santos
 Tesoureira


 Wilde Soares Vieira de Souza
 Contadoras CRC-BA 016691-0-0

INSTITUTO SOCIAL BELA VISTA - ISBV
DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT OU DÉFICIT EM 31 DE DEZEMBRO
 (Em Reais, excluídos os centavos)

	<u>31 Dez 2014</u>	<u>31 Dez 2013</u>
RECEITAS		
RECEITAS OPERACIONAIS		
Receitas de doações	16.187	13.637
Outras receitas operacionais	943	850
	<u>17.130</u>	<u>14.487</u>
DESPESAS ADMINISTRATIVAS		
Despesas com pessoal	-	2.000
Despesas administrativas	12.275	6.312
Despesas financeiras	-	233
Despesas com depreciação	6.483	6.622
Despesas tributárias	-	-
Despesas sociais	-	-
Total Despesas administrativas	<u>18.758</u>	<u>15.167</u>
TOTAL DE DESPESAS	<u>-</u>	<u>15.167</u>
DÉFICIT/SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO	<u>(1.628)</u>	<u>(680)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis


 Dagmar Simões de Brito
 Presidente


 Ana Renata Barros Santos
 Tesoureira


 Wilde Soares Vieira de Souza
 Contadoras CRC-BA 016691-O-0

INSTITUTO SOCIAL BELA VISTA ISBY
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL
 (Em Reais, excluídos os centavos)

DESCRIÇÃO	Doações e subvenções	Superávits ou déficits acumulados	Ajuste de exercícios anteriores	Superávit ou déficit do exercício	Total
Saldos em 31/12/2012	256.162	1.396	1.622	(487)	258.694
Transferência de saldo	-	(487)	-	1.677	1.190
Ajustes de exercícios anteriores	256.162	909	1.622	-	258.693
Deficit em 31/12/2013	-	-	-	(680)	(680)
Saldos em 31/12/2013	256.162	909	1.622	(680)	258.014
Transferência de saldo	-	(680)	-	-	-
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	-	(1.628)	(1.628)
Deficit em 31/12/2014	-	-	-	(1.628)	(1.628)
Saldos em 31/12/2014	256.162	229	1.622	-	256.386


 Dagmar Simões de Brito
 Presidente


 Ana Renata Barros Santos
 Tesoureira


 Wilde Soares Vieira de Souza
 Contadora CRC-BA 016691-O-0

INSTITUTO SOCIAL BELA VISTA - ISBV
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
(Em Reais, excluídos os centavos)

31

	<u>31 Dez 2014</u>	<u>31 Dez 2013</u>
I - ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superávit/Déficit do exercício	(1.628)	(680)
Mais: Depreciação/Amortização do período	(6.483)	(6.622)
Mais: Ajustes que afetam o fluxo de caixa das atividades operacionais	-	-
	<u>(8.111)</u>	<u>(7.302)</u>
Variação de ativos e passivos		
Variação das contas a receber	5.517	-
Variação das contas a pagar	4.489	-
	<u>10.007</u>	<u>-</u>
Caixa líquido gerado pelas (consumido nas) atividades operacionais	<u>1.896</u>	<u>(7.302)</u>
II - ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aquisição de bens do Imobilizado	-	5.055
Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos	<u>-</u>	<u>5.055</u>
III - ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Captação decorrente de convênios e parcerias	-	1.992
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	<u>3.016</u>	<u>1.992</u>
IV - REDUÇÃO/AUMENTO LÍQUIDO DAS DISPONIBILIDADES	<u>4.912</u>	<u>(255)</u>
V - DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES		
SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
Início do exercício	3.221	74
Final do exercício	8.134	3.221
VI - AUMENTO/REDUÇÃO LÍQUIDO DAS DISPONIBILIDADES	<u>4.912</u>	<u>3.147</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

- 3.402,11
- 1.701,06


Dagmar Simões de Brito
Presidente


Ana Renata Barros Santos
Tesoureira


Wilde Soares Vieira de Souza
Contadora CRC-BA 016691/O-0

INSTITUTO SOCIAL BELA VISTA – ISBB
Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro 2014

NOTA – 1 CONTEXTO OPERACIONAL

O Instituto Social Bel, fundada em 22 de fevereiro de 1985, como Creche Bela Vista, sendo alterado e modificado o estatuto em 26 de setembro de 2012, que passou a ser reconhecido como Instituto Social Bela Vista-ISBV, adequando às exigências do Código Civil e os objetivos da instituição, o prazo de duração por tempo indeterminado e é regida pela Lei 9.790/99.

Atendimento em tempo integral de crianças de famílias de baixa renda com faixa etária de 02 a 05 anos, com funcionamento de segunda à sexta das 07:00 às 17:30hs.com todo acompanhamento didático-pedagógico.

Desenvolve atividades com crianças e adolescentes, oferecendo projeto de dança, artes manuais, culinária, corte e costura, além do despertar para reflexão sobre a relação dos direitos humanos e cidadania.

NOTA 2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Instituição para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 são apresentadas em Reais, com a exclusão dos centavos, exceto quando mencionado.

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 6.404/76, alteradas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11941/09 e nos pronunciamentos, nas orientações e nas interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”). Também foram observadas as Normas Brasileiras de Contabilidade, notadamente a Resolução nº 1.409/2012, que aprovou a ITG 2002 – Entidade sem Finalidade de Lucros, e adotado o Plano de Contas Padronizado para as Entidades sem Fins Lucrativos.

NOTA 3- PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBIES

a) APURAÇÃO DO RESULTADO

Os custos e despesas e demais receitas são apurados em conformidade com o regime de competência.

b) ATIVO IMOBILIZADO

Demonstrado pelo valor de custo de aquisição, deduzida das depreciações que são computadas pelo método linear, de acordo com a vida econômica dos bens, a taxa anuais.

INSTITUTO SOCIAL BELA VISTA – ISBB

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro 2014

NOTA – 4 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Descrição	Valores em reais	
	31 Dez 2014	31 Dez 2013
Caixa	1.035	260
Bancos conta movimento	7.099	2.961
Aplicações financeiras	-	-
Total	8.134	3.221

NOTA – 5 IMOBILIZADO

Contas	Taxa de depreciação % a.a.	Saldo em 31/12/2014 (em Reais)			Saldo líquido 31/12/2013 (em Reais)
		Saldo da conta	Depreciação	Valor líquido	
Prédios Edificações	10%	191.839	(47.661)	144.179	147.379
Terreno	0%	3.000	-	3.000	3.000
Sistema Com.Informática	20%	3.174	(2.318)	856	545
Móveis e Utensílios	10%	17.256	(9.785)	7.471	9.396
Instalações	10%	19.829	(12.041)	7.788	9.457
Benfeitorias	0%	87.975	-	87.975	87.975
Total		323.073	(71.804)	251.269	257.752

NOTA 6 - PATRIMONIO LIQUIDO

a) Representado pelo patrimônio social da ISBV, acrescido dos resultados superavitários ou deficitários anuais, conforme caso.

NOTA 7 – TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES

(a) (IRPJ) IMPOSTO DE RENDA PESSOA JURÍDICA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO (CSSL)

Em virtude de ser uma Entidade sem fins lucrativos, goza do benefício de isenção do

INSTITUTO SOCIAL BELA VISTA – ISBB**Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro 2014**

pagamento dos tributos federais incidentes sobre seu déficit (superávit) de acordo com o artigo 174 do Regulamento de Imposto de Renda (RIR) aprovado pelo Decreto nº 3.000 de 26/03/99 e Lei nº 9.532/97.

(b) PIS e COFINS

Em virtude de ser uma Entidade sem fins lucrativos, está sujeita ao pagamento da contribuição para o PIS calculada sobre a folha de salários à alíquota de 1% de acordo com a Lei nº 9.532/97. Relativamente à COFINS a isenção se aplica às receitas relativas às atividades próprias das entidades.

Vitória da conquista, 31 de dezembro de 2014.


Dagmar Simões de Brito
Presidente


Ana Renata Barros Santos
Tesoureira


Wilde Soares Vieira de Souza
Contadora- CRC-BA nº 016681-O-0